



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS I
BACH. EM TURISMO E HOTELARIA

JOZY SOUSA DA SILVA
LAISE DA SILVA TEIXEIRA
LUCAS PASSOS ALMEIDA

**ESTUDO SOBRE A ATIVIDADE TURÍSTICA NA ILHA DOS FRADES EM
SALVADOR-BA EM 2013**

SALVADOR

2013

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS I
BACH. EM TURISMO E HOTELARIA

JOZY SOUSA DA SILVA
LAISE DA SILVA TEIXEIRA
LUCAS PASSOS ALMEIDA

**ESTUDO SOBRE A ATIVIDADE TURÍSTICA NA ILHA DOS FRADES EM
SALVADOR-BA EM 2013**

Trabalho Monográfico de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Turismo e Hotelaria da
Universidade do Estado da Bahia como requisito
parcial para obtenção do grau de Bach. em Turismo
e Hotelaria.

Orientadora: Prof^ª Phd Lirandina Gomes Sobrinho

SALVADOR
2013

JOZY SOUSA DA SILVA
LAISE DA SILVA TEIXEIRA
LUCAS PASSOS ALMEIDA

**ESTUDO SOBRE A ATIVIDADE TURÍSTICA NA ILHA DOS FRADES EM
SALVADOR-BA EM 2013**

Trabalho Monográfico de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Turismo e Hotelaria da
Universidade do Estado da Bahia como requisito
parcial para obtenção do grau de Bach. em Turismo
e Hotelaria.

Resultado: _____

Salvador/BA, _____ de _____ de 2013.

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientadora: Lirandina Gomes Sobrinho

Phd pelo Centro de Investigação em Sociologia Económica e das
Organizações da Universidade Técnica de Lisboa. Doutora em Geografia e
Profª adjunta da UNEB.

Banca Examinadora: Tadeu Bello dos Santos

Profº Bach. em Turismo pela FACTUR, Bach. em Economia pela UCSAL,
Especialista em Turismo pela FACTUR e Prfº adjunto da UNEB.

Banca Examinadora: Telma Santos

Doutora em Urbanismo pela UFBA, e Profª adjunta da UEFS.

Salvador

2013

“Dedicamos esse trabalho a todos aqueles que nos apoiaram, incentivaram e participaram desse processo de construção pessoal, acadêmica e profissional: nossos pais Joseilda e Raimundo, Maria de Lourdes e Laerte; Eliezia e Neuman, Mauricio e Giovanna; nossos irmãos e irmãs, Joyce, Jany, Julya e Yan; Estefany e Kelvin; Elvira, Julia, Laura e Bruno; aos amigos e professores da UNEB, em função da convivência e companheirismo durante esses anos de aprendizado e adaptação. E principalmente a comunidade da Ilha dos Frades, que participou e colaborou no processo de criação desta pesquisa, em nome de um turismo com responsabilidade socioambiental, e de qualidade.”

Jozy Sousa da Silva,
Laíse da Silva Teixeira,
e Lucas Passos Almeida.

AGRADECIMENTO

Esse é um momento em que há muito que agradecer. Agradecer a Deus pelo dom da sabedoria, pela coragem e pela fé, que nos segurou de pé e sem desistir durante todo esse tempo de construção acadêmica e profissional, e de adaptação em Salvador. Um novo lugar, um novo ambiente, pessoas estranhas e um mundo a desvendar, que para alguns de nós se tornou mais do que uma superação, fosse pela distância da família, parentes, e amigos, ou pelas dificuldades da vida.

Agradecemos aos nossos pais Joseilda e Raimundo, Maria de Lourdes e Laerte; Eliezia e Neuman, Mauricio e Giovanna, pelo apoio e encorajamento que direta ou indiretamente nos motivou a busca pela superação e amadurecimento. Aos nossos irmãos e irmãs, por estar sempre ao nosso lado; a nossa família e amigos pelas demonstrações de carinho e torcida, em nome das nossas conquistas.

Agradecer também com louvor aos nossos mestres unebianos, que na dificuldade de garantir-nos um programa acadêmico adequado, procuraram exercer sua profissão de forma sublime e profissional; e aos nossos amigos, parceiros que conquistamos, pelas afinidades, pelos trabalhos em grupo, pela vontade de mudar a qualidade da atividade turística mantida atualmente pelo governo e pelas instituições privadas, e pelo desejo de uma instituição acadêmica que valorize o profissional de Turismo, o nosso muito obrigado. A turma 2009.1 e 2010.1 da Universidade do Estado da Bahia, os nossos votos de sucesso e perseverança na conquista de um Turismo “Sustentável”.

Jozy Sousa da Silva,
Laíse da Silva Teixeira,
Lucas Passos Almeida.

“Nada a temer senão o correr da luta
Nada a fazer senão esquecer o medo
Abrir o peito a força, numa procura
Fugir as armadilhas da mata escura

Longe se vai
Sonhando demais
Mas onde se chega assim
Vou descobrir
O que me faz sentir
Eu caçador de mim”

Milton Nascimento – “Eu caçador de mim”

RESUMO

O turismo é uma atividade humana que envolve aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais. A presente monografia tem por finalidade estudar a atividade turística na Ilha dos Frades em Salvador-Ba, considerando as condições de infraestrutura e atrativos. Tendo como objetivo específico a caracterização das potencialidades para a atividade, bem como da gestão municipal e ambiental, e os principais conflitos, além de verificar a atuação dos agentes turísticos na ilha. Para tanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva fundamentada na pesquisa bibliográfica e de gabinete, observação *in loco* e avaliação dos dados coletados em entrevistas. A relevância deste estudo está em saber “De que forma ocorre a atividade turística na Ilha dos Frades?”, sendo a falta de infraestrutura básica e de serviços a hipótese para responder essa questão. Justificando-se pela necessidade de conhecer a ação e os impactos sociais e ambientais gerados pela comunidade, pelos canais de distribuição e pelo poder público. Refletindo sobre a importância da sensibilização e mobilização perante a conservação do meio ambiente e a importância de políticas públicas que melhore as condições básicas da população da ilha, galgando a manutenção de um turismo de qualidade e responsabilidade socioambiental.

Palavras – chave: Turismo. Ilha dos Frades. Impactos. Agentes Turísticos. Responsabilidade Socioambiental.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	7
2 A RELAÇÃO HISTÓRICA ENTRE TURISMO E MEIO AMBIENTE	11
2.1 TURISMO X MEIO AMBIENTE: UMA RELAÇÃO DE CONSUMO	11
2.2 TURISMO: HISTÓRIA, CONCEITOS E DEFINIÇÕES	14
2.1.1 TURISMO NO BRASIL	18
2.1.2 TURISMO NA BAHIA	21
3 A ILHA DOS FRADES	24
3.1 BREVE HISTÓRICO	24
3.2 POTENCIALIDADES: ATRATIVOS E INFRAESTRUTURA.....	27
3.3 A ILHA DOS FRADES COMO UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: A GESTÃO AMBIENTAL E OS PRINCIPAIS CONFLITOS	32
4 A ATIVIDADE TURÍSTICA NA ILHA DOS FRADES	40
4.1 AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA E ATRATIVOS	40
4.2 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE.....	44
4.3 ATUAÇÃO DOS CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO	45
4.4. POLÍTICAS PÚBLICAS.....	46
5 CONCLUSÃO.....	48
REFERÊNCIA	50
ANEXO.....	Erro! Indicador não definido.
1. DECRETO DE CRIAÇÃO DA APA BAÍA DE TODOS OS SANTOS.	Erro! Indicador não definido.
2. DIÁRIO OFICIAL DO MUNÍCIPIO: DECRETO Nº 21.676/11.....	Erro! Indicador não definido.
APÊNDICE.....	Erro! Indicador não definido.
1. ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS AGÊNCIAS	Erro! Indicador não definido.
2. ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS MORADORES	Erro! Indicador não definido.
3. ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ORGÃO RESPONSÁVEL. ..	Erro! Indicador não definido.

1 INTRODUÇÃO

O turismo é uma das atividades econômicas das sociedades modernas de grande importância, tendo nos recursos naturais e culturais (patrimônio material e imaterial) seu principal produto de consumo. O fenômeno turístico tende a se apropriar de serviços básicos, e de caráter principalmente urbanos, e do meio ambiente para sua manutenção dentro dos segmentos de mercado. Com as especificidades dos desejos humanos surgem às segmentações, delimitando e caracterizando as motivações dos turistas. Assim como, a necessidade de estar em contato com a natureza, sem que se tenha impacto negativo sobre a mesma, no intuito de preservá-la ou conservá-la, sendo este o perfil do indivíduo que pratica o Ecoturismo.

O Brasil, por apresentar uma diversidade de ecossistemas, uma posição geográfica privilegiada, um clima tropical bastante atraente e uma cultura multifacetada, é favorecido direta e indiretamente por suas características, no que diz respeito às motivações. Entretanto o Brasil tem nas suas paisagens e ambientes naturais um dos maiores desejos dos turistas e visitantes. Ao apresentar grandes espaços de natureza preservados, dentro de uma perspectiva de preservação e conservação, o país possui vários espaços decretados como Unidade de Conservação – UC, no sentido de manter planos para manejo e delimitação de zona com usos específicos, sendo muitos deles limitados à pesquisa, turismo, lazer e entretenimento.

A Ilha dos Frades, na região insular da cidade de Salvador, é um espaço de recursos naturais atraentes, onde a prática do turismo de massa se instalou de forma direta, tendo, de acordo com as agências entrevistadas para esse trabalho, um grande fluxo de turistas e visitantes nos períodos de alta estação (dezembro, janeiro e fevereiro). A ilha está localizada no centro da Área de Proteção Ambiental Baía de Todos os Santos (APA BTS), e tem nas suas potencialidades ecológicas sua fonte de motivação turística. Podendo chegar às suas principais vilas, a de Ponta de Nossa Senhora e de Paramana, via mar, saindo do Terminal Marítimo de Salvador; ou por via terrestre até a cidade de Madre de Deus, e depois por via marítima até a ilha, respectivamente.

Diante de todos os seus atributos naturais a ilha é considerada uma UC, Reserva Ecológica Ilha dos Frades, através do decreto municipal, Lei nº 3207 de

julho de 1982. Entretanto, não é só de quesitos naturais que se faz a imagem da Ilha dos Frades, mas de muita cultura, podendo ser verificadas no contexto em que se deu a construção de duas das suas igrejas, a de Nossa Senhora de Guadalupe, e a do Loreto, duas remanescentes da história que é composta por índios, jesuítas, naufrágios, e famílias nobres da Cidade de Salvador.

A Ilha dos Frades atualmente é um ponto de visitação turística do município de Salvador, vendida pelas agências e operadoras de viagem, onde o turista/visitante passa apenas uma hora e meia   duas horas na praia Ponta de Nossa Senhora, um dos locais de maior fluxo de pessoas. Já na praia de Paramana e Costa de Fora, o fluxo   oriundo da cidade de Madre de Deus, e de outras cidades do interior e Recôncavo.

Contudo, os moradores da ilha sofrem com a falta de planejamento e interesse público, agravando ainda mais os conflitos ambientais e sociais vividos pela popula o, como falta de saneamento básico e recolhimento de lixo, sendo o esgoto e dejetos sólidos lançados a céu aberto até se encontrar com o mar, deixando as águas da praia de Paramana impróprias para banho. Além da explora o irregular do uso do solo; falta de infraestrutura, no quesito meios de hospedagem e restaurantes; qualifica o e mobiliza o da comunidade para recepcionar o turista.

Nesse contexto, o presente trabalho busca responder: *De que forma ocorre a atividade turística na Ilha dos Frades?* Sendo nosso objetivo geral estudar a atividade turística na Ilha considerando as condi oes de infraestrutura, atrativos e a atua o dos agentes de turismo em uma unidade de conserva o. Tendo como objetivos específicos:

- a) Caracterizar suas potencialidades, a gestão ambiental e seus principais conflitos.
- b) Verificar a atua o dos agentes turísticos na atividade do local de estudo.

Procurando atingir as repostas para essa problematiza o, o presente trabalho monográfico, do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, que fora organizada em três etapas: a primeira caracteriza-se pela pesquisa bibliográfica e de gabinete; visita o e entrevistas a institui oes públicas e privadas. A segunda etapa visa   observa o *in loco*, verificando as vias de acesso, os conflitos socioambientais, as condi oes de

infraestrutura e atrativos, promovendo contato informal com a população local. E por fim, avaliação dos dados e informações coletadas durante a pesquisa.

Considerando as premissas acima, nossa hipótese se fundamenta na falta de infraestrutura básica e de serviços, sendo estes os fatores que dificultam uma atividade turística de qualidade que respeite as condições socioambientais.

A escassez de estudos e pesquisa sobre a Ilha dos Frades constitui um dos fatores que dificultaram o processo de produção deste trabalho monográfico, sendo encontrados, vários documentos de cunho particular, como *blogs* e diários de viagem. Este estudo justifica-se pela necessidade de conhecer a atuação dos agentes turísticos – gestores públicos, comunidade, turistas, agências e operadoras de viagem - no turismo na ilha e os impactos socioambientais decorrentes deste processo.

Diante desta questão este estudo visa a valorização identitária, sensibilização e mobilização quanto á conservação do meio ambiente e autonomia da comunidade, além de políticas públicas que forneçam condições básicas – saneamento, urbanização, posto policial, posto médico, geração de emprego e renda - para os moradores da Ilha dos Frades. Contribuindo também para esta pesquisa multidisciplinar que envolve o meio ambiente, a cidade, o turismo e a economia.

Para elaboração desse conteúdo monográfico, utilizou-se como parâmetro a obra de Lakatos e Marconi (2003), no que diz respeito á organização, elaboração, e escolha dos métodos e técnicas de pesquisa. Onde “tanto os métodos quanto as técnicas devem adequar-se ao problema a ser estudado, às hipóteses levantadas e que se queira confirmar, ao tipo de informantes com que se vai entrar em contato.” (LAKATOS E MARCONI, 2003, p.163).

Considerando estes princípios o capítulo II destina-se a relatar a histórica relação do turismo com o meio ambiente. Considerando a história do turismo mundial e brasileiro, através das conceituações apresentadas por: Senac (1998); Cruz (2001); Dias (2003²); Di Roná (2002); Montejano (2001); Morsello (2006); e Queiroz (2011); referenciando a evolução deste processo de uso dos recursos naturais e culturais para a manutenção do fenômeno turístico.

O terceiro capítulo visa caracterizar a Ilha dos Frades, seu histórico, suas potencialidades, a gestão ambiental e os principais conflitos. Sendo esta uma unidade de conservação, referenciam-se aqui os documentos a disposição para

gestão ambiental do território, como os decretos de lei, plano de manejo e zoneamento, e as entrevistas cedidas pela comunidade e pelos órgãos públicos, o que nos permitiu detectar as problemáticas existentes. Dando embasamento para verificação descrita no próximo tópico.

Assim, o quarto e último capítulo analisa os dados adquiridos na pesquisa de campo como as entrevistas e a observação *in loco*, em que se verificou as condições atuais dos atrativos e da infraestrutura, considerando a participação da comunidade, a atuação do governo, dos canais de distribuição, bem como os impactos gerados pelos mesmos e por fim apresentar as conclusões.

2 A RELAÇÃO HISTÓRICA ENTRE TURISMO E MEIO AMBIENTE

O turismo é uma atividade humana considerada um dos fenômenos econômicos da sociedade moderna em maior expansão, serve como fonte de equilíbrio financeiro nos países em desenvolvimento e crescimento, resultando em novas oportunidades de trabalho, que direta ou indiretamente beneficiam o sistema turístico. Tratado como um fenômeno múltiplo envolve vários aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais, promove contato entre pessoas e várias culturas, bem como, aquisição de conhecimento, sensibilidade e percepção social. Inserido no contexto capitalista da sociedade de consumo tende a fazer uso dos recursos naturais e culturais mercantilizando-os, tornando estes, objetos de consumo dos visitantes podendo provocar danos irreversíveis. Para entendermos essa relação histórica veremos a seguir alguns conceitos e definições que envolvem turismo e meio ambiente e a relação de consumo.

2.1 TURISMO X MEIO AMBIENTE: UMA RELAÇÃO DE CONSUMO

A relação que existe entre turismo e meio ambiente caracteriza-se por este ser utilizado como matéria-prima para a atividade. Desta forma Ruschmann (2001, p.19) afirma que:

A deterioração das condições de vida nos grandes conglomerados urbanos faz com que um número cada vez maior de pessoas procure, nas férias e nos fins de semana, as regiões com belezas naturais. O contato com a natureza constitui, atualmente, uma das maiores motivações das viagens de lazer e as consequências do fluxo em massa de turistas para esses locais – extremamente sensíveis, tais como as praias e montanhas – devem necessariamente ser avaliadas e seus efeitos negativos, evitados, antes que esse valioso patrimônio da humanidade se degrade irremediavelmente.

O turismo é uma atividade ligada diretamente ao meio ambiente, pois necessita utilizar-se dos recursos naturais e culturais, sendo a ideia de realizar esta atividade de maneira a proteger o meio é a base do “turismo sustentável”. Swarbrooke (2000a, p.03) afirma que “por "sustentável" geralmente quer dizer o desenvolvimento que satisfaz nossas necessidades hoje, sem comprometer a capacidade das pessoas satisfazerem as suas no futuro. Trata se, portanto, de uma

perspectiva a um prazo mais longo que o usual ao tomarmos decisões, e envolve uma necessidade de intervenção e planejamento.”

Sendo assim, o turismo que nos seus primórdios era visto como atividade não poluente e geradora de renda mostrou-se negativa, uma vez que também é geradora de impactos possivelmente irreversíveis, devido á necessidade de utilizar o meio como equipamento para lazer, entretenimento, e instalação de infraestrutura para manutenção da atividade turística, tal qual a geração de resíduos principalmente sólidos. Dias (2003b) afirma que o turismo pode exercer pressão sobre os recursos naturais á medida que a demanda aumenta nas áreas turísticas, pois se trata de recursos os quais podem acabar.

A industrialização transformou a economia e a sociedade, bem como o meio ambiente, o descontrolo deste processo resultando na destruição dos recursos naturais, não manteve a qualidade de vida da população (SWARBROOKE, 2000a). A partir disso surge o interesse em preservar os ecossistemas, passando a ser criada em grande escala, por todas as partes do mundo, áreas naturais protegidas - ANP, uma vez que estas serviriam como fuga do stress urbano, para fins de lazer, entretenimento, socialização familiar, e pesquisa científica.

As discussões em torno da preservação e conservação do meio ambiente não são atuais, esse embate surgiu a partir do momento em que o homem passou a utilizar-se dos recursos naturais para satisfazer não mais suas necessidades de sobrevivência mais sim econômica. Com o uso desenfreado dos recursos naturais e o surgimento da atividade turística esses debates foram tomando proporções mundiais ocorrendo vários eventos que propusessem alterações na gestão pública nesse sentido.

No começo do século XIX tem início o processo de valorização das áreas naturais, considerando a idéia de “*wilderness*”, “mundo selvagem”, contribuindo assim para o progresso das discussões em torno das questões ambientais. Assim, nasce o primeiro parque nacional criado no mundo, o Parque de Yellowstone, que surgiu nos Estados Unidos, a partir da influência de ideias do preservacionismo ambiental (DIEGUES, 2001). Para Diegues (2001) a corrente preservacionista pode ser definida como o culto à natureza no que diz respeito á apreciação estética e espiritual da vida selvagem. O Yellowstone foi um marco para a criação das áreas naturais protegidas, tendo sido modelo para a criação de outras áreas pelo mundo.

Acredita-se que não foi um modelo viável, por ser um modelo do qual não permite que a população nativa permaneça no território, sendo estas expulsas do seu lugar de origem e podendo gerar assim, danos irreversíveis ao meio natural, bem como ao social. Pelas circunstâncias seletivas apresentadas pelo modelo, que para alguns estudiosos não era o conveniente, pois beneficiava as populações urbanas, dando ênfase a valores estéticos, religiosos, e culturais, não valorizando de fato o espaço em questão. Desconsiderando o manejo tradicional das áreas naturais protegidas, desprezando as populações humanas que viviam em harmonia com a natureza, utilizando-a apenas para questões de sobrevivência.

Deste modo os espaços naturais deixaram de ser apenas uma moda da época e a mídia tem se dedicado mais quanto á necessidade de garantir a integridade do meio ambiente. De forma que o meio ambiente e o turismo estivessem em comunhão, para que a atividade turística não fosse o vetor de degradação dos espaços naturais. Aqui dedicaremos espaço ao turismo em áreas naturais protegidas, dentro de ambiente insular, a Ilha dos Frades em Salvador/BA.

De acordo com Swarbrook (2000b) as ilhas enfrentam os mesmos problemas ambientais que o continente em relação a ações sustentáveis, entretanto por serem geograficamente sistemas fechados, essas questões são mais nítidas. Desta forma as ilhas exercem fascínio sobre os turistas.

A presença de turistas provoca modificações nos valores sociais bem como no meio ambiente natural das comunidades receptoras, alterando o comportamento normalmente aceitável, promovendo choques entre a realidade local, e as ações em detrimento do turismo. Os conceitos de capacidade de carga geralmente são utilizados quando os impactos ambientais do turismo são avaliados (DIAS, 2003a), podendo ser definido como número de pessoas que utilizam o local turístico sem que o meio ambiente seja alterado de forma irreversível.

Um dos grandes desafios dos gestores do turismo atualmente é conciliar a atividade com desenvolvimento sustentável. Para isso é necessário harmonizar ou haver um equilíbrio entre as pressões exercidas pelos agentes que comercializam o turismo, com as premissas defendidas por grupos que se preocupam com a preservação ambiental. Um dos grandes problemas está relacionado à capacidade de carga, além de ruídos, lixo, energia, água potável, esgoto e saneamento.

É necessário fazer com que a comunidade sinta-se envolvida nas questões ambientais da Ilha, pressionando o governo e instituições para estabelecer normas e diretrizes, que visem à fiscalização e punição perante a degradação da natureza. Atualmente o assunto tem ganhado destaque no cotidiano das pessoas, e as preocupações com o meio natural em relação às futuras gerações, fazem com que a sociedade contribua com a valorização do ecossistema.

Swarbrook (2000b, p.72) afirma que nas ilhas os conceitos de sustentabilidade têm várias palavras-chave: “redução de impactos negativos do turismo, maximização de impactos positivos do turismo, desenvolvimento sustentável do turismo nas novas destinações, manutenção do turismo [...] e a sustentabilidade das empresas de turismo existente.”. De modo que apenas as agências e operadoras de viagem lucrem com a atividade, excluindo as comunidades locais deste processo econômico.

Para Santos Filho (2004 *apud* COSTA, 2010, p.128), “a padronização propiciada pelas novas tendências da globalização imprimem um desrespeito total às particularidades dos locais, aos lugares especiais, por sua tendência centrífuga.”. Essa afirmação ressalta de que maneira o turismo vem sendo tratado no Brasil e no mundo e conseqüentemente na Bahia. Onde a comunidade não está inserida no processo de planejamento do turismo, e onde o “planejamento público” é ineficaz e excludente. De forma que as potencialidades de vários destinos não são promovidas adequadamente.

2.2 TURISMO: HISTÓRIA, CONCEITOS E DEFINIÇÕES

O termo turismo vem de “*tour*”, que significa volta ou retorno (em inglês “*turn*” e no latim “*tornare*”) e está diretamente ligado ao termo viagem, ao deslocamento das pessoas de um lugar a outro (SENAC, 1998) que dedicam seu tempo à cultura e lazer. Assim a Organização Mundial do Turismo – OMT caracteriza o turismo como uma modalidade espacial de deslocamento, que envolve pernoite no destino, utilizando-se de qualquer meio de transporte, sendo motivados por várias razões, que não estejam ligados a uma remuneração direta (CRUZ,2001). Considerando essas relações dentro do fenômeno turístico se faz necessário entender como o

turismo se apropria de serviços e dos recursos culturais e naturais para transformá-los em produtos de consumo.

Até início do século XIX o transporte era rudimentar e lento, realizado a cavalo ou em carroças, e os percursos marítimos ou fluviais eram os meios mais utilizados. Desde tempos remotos, o desenvolvimento dos transportes e suas variações se deram por meio de interesses militares e administrativos, pautados na necessidade de se transportar bens e produtos, com fins comerciais e ou governamentais. Em meados do século XIX com a Revolução Industrial¹ na Europa e nos Estados Unidos, surge a máquina a vapor no setor de transportes, o que gera um crescimento significativo nas viagens por lazer. (OMT, 2001)

Para Dias (2003a) a evolução dos transportes é um dos principais fatores do desenvolvimento do turismo moderno em particular pelo crescimento da malha ferroviária. Em diversas partes do mundo foram instaladas linhas férreas durante a segunda metade do século XIX, o que facilitou o deslocamento de um grande número de pessoas. A primeira estrada de ferro pública do mundo foi a linha Stockton-Darlington na Inglaterra, inaugurada em 1825, com 32 km de trilhos (NUNES, 2007).

Com o advento do transporte ferroviário, aparece a primeira viagem agenciada que se tem notícia. Di Roná (2002) relembra-nos que o turismo ferroviário nasceu junto à própria atividade turística programada, pois Thomas Cook² em 1841 vendeu 570 bilhetes para o percurso férreo entre Leicester – Loughborough, em virtude de um congresso para antialcoólicos. Sendo o pioneiro no serviço de agenciamento, fundando uma das agências mais importantes do mundo a *Thomas Cook and Son* (MONTEJANO, 2001).

O fenômeno da industrialização na era capitalista³ passa a influenciar e modificar os costumes das diversas camadas sociais. Com a inserção de férias nos planos trabalhistas, cresce o interesse em conhecer vários cantos do planeta, e em 1945, pós-guerras, a aviação é incorporada como meio de transporte de

¹ A Revolução Industrial foi o período representado pelas inovações tecnológicas, onde o esforço físico humano era substituído por máquinas, animais por energia inanimada.

² Thomas Cook, primeiro agente de viagem reconhecido, posteriormente dono de uma das maiores redes de agenciamento do mundo, a rede Cook.

³ Era Capitalista, refere-se ao sistema econômico que é caracterizado pela propriedade privada e pelo sistema de produção em massa.

passageiros, e um dos principais meios de transporte utilizado pela “indústria turística” (DIAS, 2003a).

Entretanto enquanto evoluem os meios de transportes, no final do século XIX e início do século XX surgiam também as grandes redes de hotéis, pelo mundo como o Ritz⁴, sendo sinônimo de luxo e conforto.

Com o crescimento considerável do turismo nos países industrializados, praticamente todos os grupos sociais passam a praticar turismo, sendo uma tendência o desejo de absorver hábitos e costumes do que era até então desconhecido, bem como conhecer a natureza em todos os cantos do planeta, Dias (2003a) acredita que este, tenha se convertido em um importante componente nas estratégias de comércio do turismo internacional, buscando maior compreensão e sensibilização para a preservação e uma melhor relação entre turista e meio ambiente.

Tendo sido criadas as áreas naturais protegidas no final do século XIX. Com o intuito de conservar grandes espaços verdes, para perpetuação da fauna e da flora, sendo inaugurado em 1872 o primeiro Parque Nacional nos Estados Unidos, o Parque Yellowstone (MORSELLO, 2006), onde as famílias americanas teriam um espaço de lazer e encontro familiar, bem como a sensibilização para proteção do meio ambiente e a partir daí ser absorvida pelo turismo como produto.

Segundo Cruz (2001) o turismo é uma prática social, que teve seu sentido modificado no decorrer da história, e cada novo conceito consiste em reconhecer uma dinâmica inquestionável, onde tem no espaço geográfico seu objeto de consumo. Dias (2003a, p.14-16) afirma que para Max Weber a ação social “é um componente universal e específico na vida social e fundamental para organização da sociedade humana”. Assim para Weber (1995 *apud* DIAS, 2003a, p.14-16) a ação social é definida de quatro formas:

1. Referente a afins: onde o turista escolhe o destino considerando preços, acesso, e alojamento.
2. Referente a valor: levam em consideração os valores do grupo social a que pertence.
3. Modo afetivo: motivado pelas emoções e pelo sentimento, expressando-se em termos de lealdade.

⁴Rede de Hotéis Ritz, fundado por Cesar Ritz, considerado pai da hotelaria moderna, em 1898, inaugurou o primeiro hotel da rede na Place Vendôme em Paris na França.

4. Modo tradicional: determinado pelas tradições e costumes do lugar.

O turismo também é visto como a junção de técnicas baseadas em princípios que tem por consequência a prestação de serviços que atendam a necessidade do turista e principalmente a sua satisfação. Para a OMT (2001) os turistas, viajantes, e visitantes formam a demanda turística, onde se encontram um grupo heterogêneo de pessoas; com motivações, experiências e posições sociais, sendo este a permanecer pelo menos 24h no lugar visitado e com pernoite.

Nesse contexto conceituamos viajante, visitante, turista e excursionista:

o viajante é qualquer pessoa que se desloque de um ponto A para um ponto B, que este deslocamento seja temporário, que seja permanente⁵ [...] dentro do universo composto pelos viajantes, existe o subgrupo de visitantes, incluído nas estatísticas de turismo, que é dividido em duas categorias os turistas (visitantes que pernoitam no local visitado) e os excursionistas (visitantes que não pernoitam no local visitado). (LOHMANN; NETTO, 2008, p.90)

A interatividade na relação de diferentes fatores é que forma o conjunto complexo que denominamos fenômeno turístico. Isso nos remete aos conceitos que fundamentam o sistema turístico, como oferta e demanda. Para a economia do turismo, oferta corresponde á quantidade de serviços e bens de consumo colocados á disposição, e a demanda por sua vez, são a quantidade de pessoas que podem e desejam adquirir estes serviços e bens (MONTEJANO, 2001).

Assim oferta turística nada mais é que os recursos e infraestruturas utilizadas para atração e prestação de serviços aos turistas, já por demanda turística entende-se que é “o conjunto de turistas que, de forma individual ou coletiva estão motivados por uma série de produtos e serviços turísticos com o objetivo de satisfazer suas necessidades de descanso, lazer, entretenimento e cultura em período de férias” (MOTEJANO, 2001, p.11).

Considerando que,

A segmentação de mercado de modo geral visa identificar os motivos da viagem; a composição do grupo de viagem; o âmbito geográfico da viagem;

⁵ "Não considerando aqueles que viajem diretamente da sua área de domicílio, nem mesmo as pessoas que estão mudando de residência, os imigrantes, os refugiados etc." (LOHMANN E NETTO, 2008, p.90)

o local da prática do turismo; o tipo de transporte e alojamento utilizado; a época e a duração da viagem; o grau de fidelidade do consumidor; os gastos, além das características do comprador como: nível de renda, características demográficas; econômicas; geográficas, e psicografadas entre outras. (RABAHY⁶, 2005 *apud* NETTO E ANSARAH, [?], p.03).

Como a evolução do turismo como atividade econômica é extremamente significativa, surge então várias divisões para o setor, que se especializam em atender as necessidades dos turistas perante suas motivações particulares e específicas. Desde então o “turismo de massa”, uma das primeiras definições dadas, é uma modalidade desta atividade que se fundamenta nas viagens em grandes contingentes, segmento que consisti no envolvimento de um agenciador, ligando serviços básicos (transporte e hospedagem) com baixo custo (CRUZ, 2001).

O principal fator de identificação da segmentação por meio da motivação é o atrativo turístico, que pode ser natural ou cultural. Dentre as variáveis existentes atualmente tem-se as modalidades conceituadas como alternativas, que tem como principal produto de consumo os espaços naturais, que diferentemente do turismo de massa, requerem uma infraestrutura de serviços diferente das usadas na maioria dos destinos, sem que seja obrigatória a sofisticação.

Quintella e Cortada (1994) afirma que as definições requerem uma concentração na confiança do serviço oferecido, a disposição ou receptividade. Já que o fenômeno turístico tende a modificar ambientes e conseqüentemente a cultura de lugares ditos turísticos para satisfazer aos visitantes e consumidores, se opondo a uma valorização da identidade cultural ou natural do destino, podendo os impactos ser irreversíveis.

2.1.1 TURISMO NO BRASIL

No Brasil a atividade turística e os processos de infraestrutura começaram tardiamente. Alguns autores como Ignarra (2003) colocam o turismo como uma prática desde os tempos da colônia, quando as viagens de intercâmbio se faziam importantes, e os filhos dos magnatas da sociedade brasileira da época seguia para estudar na Europa. Referenciando como marco do turismo brasileiro, a chegada da

⁶RABAHY, Silvia Maria L. Abraão. **Mercado do turismo sob o prisma de seus segmentos de consumo: uma abordagem do perfil psicológico ao consumidor do turismo**. São Paulo: 2005. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo.

Corte Portuguesa, trazendo consigo os costumes de veraneio, tendo na estância de Petrópolis, a primeira estância climática do país, local para onde a família real fugia das altas temperaturas do Rio de Janeiro.

Nesse período todos queriam acompanhar os hábitos da realeza, fazendo com que houvesse um aumento no fluxo de pessoas que iam para o Rio de Janeiro. Com esses hábitos cresce o número de residências temporárias para férias e lazer, em meio á alta sociedade⁷. Sendo os espaços de sol e praia vistos como segunda residência, motivados com o tempo pelo veranismo⁸.

Para Barretto (2001) o turismo como fenômeno social, começou no Brasil depois de 1920, tendo como marco a criação da Sociedade Brasileira de Turismo em 1923, ao qual se tornaria o *Touring Club*⁹. A partir daí, após um longo período de transformações sociais e aumento na qualidade dos serviços prestados no país, principalmente os meios de hospedagem, transporte e restauração. Durante o Governo Vargas, foi criado em 1938, o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, que através da Divisão de Turismo era responsável pela criação de promoções do turismo em eventos nacionais e internacionais (QUEIROZ, 2011).

Em 1950 o Brasil virá sede da copa do mundo, posteriormente, ganha os títulos de 1958 e 1962, o que trouxe ao país grande visibilidade internacional, além da construção de Brasília como sede do Governo Federal (QUEIROZ, 2011). Em 1970 o Governo brasileiro passa a ver o turismo como propulsor da economia, gerando emprego e renda, e proporcionando o desenvolvimento de várias regiões. Nesse contexto a hotelaria expande-se, seguido da malha aérea e rodoviária¹⁰.

De acordo com Queiroz (2011), entre 1958 e 1971 foram criados e instalados vários órgãos e uma instituição de ensino superior voltado para o turismo, como o CNTur (Conselho Nacional de Turismo) e a EMBRATUR (Empresa Brasileira de

⁷PINHO, Ivan. História do Turismo no Brasil. Disponível em:

<http://www.ivanpinho.com.br/downloads/fundamentos_turismo/17417_Fundamentos_do_Turismo_Aula_04_Vol_1.pdf>. Acesso 03 out 2013.

⁸Veranismo: é uma atividade de deslocamento para outros locais fora da residência habitual, durante o período de verão, com finalidade de lazer e entretenimento. Disponível em:

<http://www.ivanpinho.com.br/downloads/fundamentos_turismo/17417_Fundamentos_do_Turismo_Aula_04_Vol_1.pdf>. Acesso 03 out 2013.

⁹*Touring Club* foi uma das inúmeras expressões cívicas que se seguiram às comemorações do Centenário da Independência do Brasil. Criada para divulgar os recursos turísticos do país junto às então chamadas classes superiores da nossa sociedade. Disponível em:<<http://www.touring.com.br/historia.php>>. Acesso 06 out 2013.

¹⁰PINHO, Ivan. História do Turismo no Brasil. Disponível em:

<http://www.ivanpinho.com.br/downloads/fundamentos_turismo/17417_Fundamentos_do_Turismo_Aula_04_Vol_1.pdf>. Acesso 03 out 2013.

Turismo) que era responsável pelo estímulo e organização do turismo no país. E em 71, foi instalada em São Paulo, na atual Universidade Anhembi-Morumbi, a primeira faculdade de turismo.

Do mesmo modo que a evolução do turismo mundial se deu com o incremento dos meios de transporte, no Brasil não foi diferente. Mas com o uso principalmente do automóvel, e a transformação do modo de vida da sociedade “urbanizada”, é que o brasileiro procura nos ambientes naturais a fuga do “*stress*” das grandes cidades, passando a ter um número relevante de pessoas viajando, para vários cantos do país.

Assim, em 1986, o decreto de lei 2294/86, torna livre de registro a atividade turística, onde consta na Constituição de 88, determinado no artigo 180 que a “União, os Estados e o Distrito Federal e os Municípios proverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.”, sendo a profissão de guia de turismo regulada em 1993. (QUEIROZ, 2011)

Em meio ao reconhecimento do turismo como uma atividade geradora de renda que proporciona desenvolvimento do destino e da comunidade receptora, aumentando o número de empregos, surgindo a necessidade de criar programas direcionados para o crescimento da atividade.

Na década de 90, no Governo Fernando Henrique, vários programas de desenvolvimento foram promovidos pelo governo federal, dentro da Política Nacional de Turismo 1996-1999, para consolidação da atividade e marketing dos polos turísticos brasileiros, com o intuito de “promover ações direcionadas para possibilitar que as populações marginalizadas no mercado turístico, seja por motivo econômico ou contingencial, tenham acesso ao turismo doméstico” (BRASIL, 1996, p.22), como o PRODETUR, Programa de Desenvolvimento do Turismo. Que visava facilitar o desenvolvimento dos setores envolvidos neste sistema tais como: transporte, meio ambiente, comunicação, saneamento básico, cultura e equipamentos.

No nordeste o programa nomeado PRODETUR/NE (Programa de Desenvolvimento Nordeste) tinha como objetivo o desenvolvimento sustentável da atividade, tendo suas ações divididas em três componentes (OLIVEIRA, 2006):

- a) Desenvolvimento institucional: ampliando a capacidade de gerenciamento das instâncias governamentais no cumprimento das suas funções.
- b) Várias obras em infraestrutura básica e serviços públicos.

c) Melhoria dos aeroportos.

O que viabilizou a construção de mega projetos hoteleiros ao longo do litoral, como: Costa de Saúipe (BA), Projeto Orla (SE), Projeto Cabo Branco (PB), Projeto Costa Dourada (PE-AL), Costa do Sol Poente (CE), entre outros (DIAS, 2003).

Com 8.511.596,3 km², o Brasil é um país urbano de dimensão territorial significativa, e um sistema ecológico múltiplo, sendo este a base do turismo brasileiro. Possuidor de paisagens naturais espetaculares, e devido ao próprio processo de colonização a concentração popular a “beira-mar”, não é por acaso, que praticamente todos os programas de desenvolvimento turístico estão instalados em localidades que compreendem a faixa litorânea do país. E onde são construídos os grandes complexos hoteleiros e espaços de lazer e recreação (CRUZ, 2001).

Apesar de ser um país extremamente favorável para os mais variados tipos de segmentos turísticos, devido suas características geográficas, climatológica, diversidade de ecossistemas e atrativos naturais, o modelo de turismo praticado no país ainda se expressa de forma convencional, perante criação de grandes centros, com uma concentração de meios de hospedagem de grande porte, além de áreas de recreação e zonas comerciais fortalecendo o receptivo de sol e praia (DIAS, 2003b).

O que tem ocasionado na marginalização de algumas comunidades, dos destinos turísticos ou de locais que apresentem potencial para o desenvolvimento da atividade. Lohmann e Netto (2008) consideram as várias interferências promovidas pelo turismo como atividade econômica, em que o consumo do produto turístico tenha sua integridade cultural valorizada, como principal atrativo ou atração para motivação do turista.

2.1.2 TURISMO NA BAHIA

O estado da Bahia possui uma área total de 564.733,177 km², com uma população estimada em 14.016.906 habitantes, tendo como capital a cidade de Salvador (IBGE, 2010). É o maior estado em dimensão territorial do nordeste. Nela estão presentes quase todos os ecossistemas existentes no Brasil a exemplo da mata atlântica, cerrado, restinga, mangues e caatinga (SOUZA, 2004). Sua cultura e seus atrativos naturais são os principais agentes motivadores do turismo.

Aqui, a atividade foi estruturada á medida que foram criados planos voltados para o seu desenvolvimento estratégico. De acordo com Castro (2005, p.[?]);

De 1930 até 1970, a atividade turística permaneceu incipiente e sem relevantes contribuições na economia estadual e municipal. Pequenas ações de apoio ao carnaval, à implantação de hotéis, publicização em panfletos, etc. O turismo como uma das prioridades governamentais só acontece a partir da década de 1970. Foi então que se passou a defender a atividade como essencial para o desenvolvimento sócio- econômico baiano.

Em 1952 é divulgado o roteiro turístico da cidade de Salvador. No ano de 1958 as imagens criadas por escritores e compositores são vinculadas e utilizadas para divulgação do destino. A imagem da federação baiana foi marcada pela influência de grandes artistas, entre eles está o escritor Jorge Amado, os músicos Dorival Caymmi, Caetano Veloso e Gilberto Gil. Contribuindo de forma singular para o imaginário daqueles que liam os livros com asa descrição dos lugares e a vivencia do povo baiano, assim também, como nas letras das músicas aguçando o desejo dos ouvintes. Além disso, destaca se a imagem das baianas de acarajé e a vinculação da africanidade através do candomblé (GUERREIRO, 2005).

Em 1970 foi elaborado o primeiro plano estratégico de Turismo no Recôncavo pelo Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo (CONDER), já em 1979 elaborase um segundo documento denominado Programa Caminhos da Bahia, cujo foco considerava a construção e gerenciamento dos meios de hospedagem assim também como ações voltadas para promoção do turismo (BAHIA, 2011).

Esse processo de divulgação por parte de artistas contribui para a procura do destino Bahia, uma vez que, foi provocado o anseio de conhecer a cultura baiana e suas belezas naturais. Segundo dados da Secretária de Turismo (BAHIA, 2011) em 2008 a Bahia obteve um fluxo global de 9.052.00, correspondendo a 7% do fluxo total de turistas no Brasil, sendo as praias ainda o principal motivo das viagens para o estado.

Outro ponto importante foi á criação do Plano de Estratégia Turística da Bahia, criado em 1991-2002 e posteriormente integrado ao Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR-BA), compreendendo questões de infraestrutura básica, qualificação, além de incentivos voltados para a criação de novos empreendimentos turísticos. Mais adiante em 2003 cria-se o plano estratégico Século XXI – consolidação do turismo, e a Secretária de Turismo (SETUR) em 2007,

assim também como ações voltadas para a promoção de eventos como o São João e o GP Bahia de *Stock Car* cujo objetivo é manter uma demanda de visitantes satisfatória nos períodos de baixa temporada (BAHIA, 2011).

“A grande preocupação dos planejadores na atualidade é a sustentabilidade do turismo definindo um modelo de desenvolvimento turístico mantendo a qualidade do sistema, como vetor econômico social” (IGNARRA, 2003, p.102). O interesse provocado pela biodiversidade das áreas naturais é o principal motivo pelo qual as pessoas deslocam-se para destinos turísticos, procurando uma relação de troca com a natureza, mas o uso desenfreado e exploratório dos recursos naturais tem modificado os discursos em torno da conservação e preservação ambiental.

3 A ILHA DOS FRADES

3.1 BREVE HISTÓRICO

A Ilha dos frades situa-se na porção centro norte da Baía de Todos os Santos (BTS) e pertence ao município do Salvador. Com aproximadamente 15 km² é a segunda em extensão da baía. O acesso ao local pode ser feito através de barcos que partem do município de Madre de Deus, em uma travessia de aproximadamente 30 minutos, ou através de embarcações que partem do Terminal Marítimo de Salvador com duração de 90 minutos.

Figura 1: Localização da Ilha dos Frades - Baía de Todos os Santos.



Fonte 1:http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ilhas_da_baia_de_todos_os_santos.svg

Não se sabe ao certo a origem do nome da Ilha. Segundo a lenda, ela recebeu este nome depois que os índios tupinambás que habitavam a região assassinaram dois frades que foram para a ilha com o objetivo de catequizá-los, há também quem sustente a história de que um grupo de frades teria naufragado na baía, e teriam nadado até a ilha, onde ao chegarem teriam sido sacrificados pelos índios.

Os índios foram os primeiros habitantes da Ilha dos Frades. Segundo Souza (2004), os indígenas a chamavam de Paramana, que significava “Chuva do Mar”. Hoje este é o nome dado á localidade mais povoada. Já a presença de religiosos pode ser constatada em duas de suas igrejas: a de Nossa Senhora do Loreto e Nossa Senhora de Guadalupe.

A ilha teve alguns símbolos das relações sociais e econômicas de tempos passados, quando, por exemplo, no século XIX, servia de local de aguardo dos tumbeiros (navios negreiros que davam suporte ao tráfico de escravos) e o lazareto, uma espécie de armazém em local afastado onde escravos ou estranhos sem caderneta sanitária e sob suspeita de portarem doenças contagiosas, eram mantidos em quarentena, além de funcionar também como local de engorda dos escravos antes de serem vendidos¹¹.

Athayde [197-?] em sua obra discorre sobre o período em que o navegador Pero Lopes de Souza, narra pela primeira vez no Brasil, a posição geográfica da Ilha dos Frades.

Domingo 13 de março de 1531. Pela manhã éramos da terra quatro léguas; e como nos chegamos mais a ela reconhecemos ser a Bahia de Todos os Santos e ao meia dia entramos nela. Faz a entrada norte-sul; TEM TRÊS ILHAS; uma a sudoeste (seria a de Itaparica), outra ao norte (seria a da Ilha dos Frades) e outra ao nordeste (possivelmente a de Maré). (ATHAYDE, [197-?])

Em outra versão, esse mesmo autor trás um histórico sobre os donos das terras na Ilha dos Frades, onde teve como seu primeiro proprietário, em 1555, Simão da Gama Andrade, de acordo com sua pesquisa o segundo dono das terras foi João Nogueira, por volta de 1587 e terceiro, Domingos Rodrigues, que foi casado com Luiza Dórea, responsável pela construção da capela dedicada a Nossa Senhora de Guadalupe. Já a igreja de Nossa Senhora do Loreto, foi construída por Francisco da Costa Dórea. A ilha permaneceu na família por cinco gerações, tendo como seu último herdeiro, o Barão de Loreto (ATHAYDE, [197-?]).

¹¹ Fonte: Disponível em: <<http://www.fundacaobaiaviva.org.br>>. Acesso em: 30.09.13.

Figura 2: Ruínas da Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe.



Fonte 2: JFreitas/ Bahiatursa. Disponível em: <http://guiadolitoral.uol.com.br/ilha_do_frades-2609_2009.html>. Acesso em: 01.11.13

Os primeiros registros de posse de terras da ilha datam de 1850, com a lei nº 601, onde foram oficializadas as condições para ocupação de terras insulares da BTS e seu recôncavo (SOUZA, 2004). De acordo com o senso do IBGE de 2010 a Ilha dos Frades possuía 733 habitantes (SIM¹²).

Entretanto de acordo com Senhor Francisco morador e líder comunitário, em entrevista informou que há aproximadamente 2.000 pessoas na ilha (dados obtidos com arrecadação de assinaturas para abaixo assinado, solicitando mudança na gestão municipal da ilha). Mesmo pertencendo a uma grande metrópole como Salvador, o modo de vida local ainda é precário. Onde a população é basicamente formada por trabalhadores do Terminal de Madre de Deus e unidades fabris da Petrobrás, pescadores e marisqueiras (SANTOS; PINHO; MORAES E FISHER, 2010). Sendo Ponta de Nossa Senhora, Paramana e Costa de Fora, as mais povoadas. A economia é composta de atividades voltada para os serviços prestados aos visitantes e veranistas, pesca e captura de mariscos.

Athayde [197-?] cita uma publicação de Vasconcelos Maia para a revista "A Cigarra" em 1963, no período que o mesmo foi Diretor do Departamento de Turismo da Prefeitura de Salvador, em que fala sobre as belezas da Ilha dos Frades:

¹² Sistema de Informação do Município do Salvador. Disponível em:<<http://www.sim.salvador.ba.gov.br/indicadores/index.php>>.

A ilha dos Frades tem paisagem de paraíso. Pode ser também chamada de Ilha do Paraíso, Ilha dos Amores, Ilha dos Sonhos, más é Ilha dos Frades. Como um desses impressionantes e caprichosos monumentos feitos pelas mãos de Deus e que nosso Senhor a escolheu para seu abrigo. (ATHAYDE, [197-?]. p.166)

Diante dessas premissas, e da necessidade de preservar e conservar este ambiente natural, de importância ecológica inestimável, considera-se o motivo pelo qual em 1975, a área em questão é declarada Parque Florestal Ilha dos Frades. Entretanto, por não ter sido cumprida as determinações legais para manter a nomeação, com intuito de continuar promovendo a proteção legal da ilha, o governo municipal por meio de decreto, em 1982, cria a Reserva Ecológica Ilha dos Frades.

No contexto a seguir veremos as características naturais da ilha, apresentando suas potencialidades, e de que forma é gerida esta unidade de conservação, identificando seus principais conflitos.

3.2 POTENCIALIDADES: ATRATIVOS E INFRAESTRUTURA

Considera-se potencial turístico um conjunto de características que faz do destino um atrativo, tais qual: infraestrutura, localização, acesso, preço, atrações, que garantam uma gama de motivações. Sendo o meio ambiente natural um dos principais fatores de interesse dos turistas. Desta forma a Baía de Todos os Santos (BTS), especificamente a Ilha dos Frades, está dentro de uma lista de lugares que garantem seu potencial dentro da perspectiva de um turismo ecológico. Sendo que a viagem é motivada principalmente por estar em um ecossistema em estado natural, assim como, com a população nativa (SWARBROOK, 2000b)

Em termos de lazer e turismo é importante relevar as características apresentada pela Baía de Todos os Santos: belas praias calmas e propícias para banho e esportes náuticos, paisagens paradisíacas nas diversas ilhas, além de cidades históricas que constituem um valioso patrimônio cultural, que garante o potencial turístico a ser desenvolvido.

Com 15,024 km² a Ilha dos Frades representa parte da região insular do município de Salvador. A ilha faz parte de um complexo com 54 ilhas, inseridas dentro da Baía de Todos os Santos (BTS). Possui relevo acidentado, e baixa

ocupação nas áreas elevadas, os cursos d'água fluem em direção à costa espontaneamente. Apesar de apresentar na sua maioria cursos de água limpa, estes se deparam com outros afluentes que recebem efluentes sanitários, como ocorre em Paramana e em Costa de Fora, gerando assim um serio problema ambiental (BAHIA, 2001). Segundo Souza (2004), os recursos hídricos da ilha são compostos pelo Rio Cabuçu e o Rio Furado, riacho, lagoas e águas marinhas em seu entorno.

De acordo com o CRA (2001) há predomínio de solos residuais argilosos e solos de mangue. Apesar de grandes áreas desmatadas, ainda se encontra coberta por floresta ombrófila densa. Souza (2004) relata que no interior da floresta também se encontra ecossistemas de manguezal e restinga, sendo o mangue de notável importância pela riqueza numérica das espécies que ali habitam.

Figura 3: Vista panorâmica da Ilha dos Frades, vegetação densa.



Fonte 3: Arquivo Próprio, 2013.

A Ilha dos Frades, como as demais ilhas da baía, é considerada paraíso natural, de água calma e areia alva, e praias deslumbrantes. A ilha é a segunda maior da Baía de Todos os Santos, com 8 km de extensão é perfeita para longas caminhadas, mergulho e trilha. Detentora de remanescentes de Mata Atlântica e pau-brasil, a ilha também conta sua história através das construções lendárias da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, construída entre 1640 e 1645; da Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe, erguida no século XVII; além das ruínas de um lazareto, para portadores de hanseníase; de uma casa de farinha; e de um armazém, onde os escravos ficavam de quarentena para serem “engordados” antes de vendidos. (BAHIA, 2000)

Figura 3: Igrejas de Nossa Senhora de Guadalupe e Nossa Senhora do Loreto. Atrativos Culturais.



Tombada pelo Município como Reserva Ecológica em 1982, a ilha apresenta-se com formato de um triângulo irregular com quinze pontas. Destacando-se as praias do Loreto, Viração, Tobar e Costa de Fora, e Ponta de Nossa Senhora sendo esta a mais visita pelos passeios de escuna, com algumas barracas vendendo bebidas e pratos oriundos da pesca.

Figura 4: Mapa da Ilha dos Frades.



Fonte 5: Painel de sinalização localizado em Ponta de Nossa Senhora.

Esses passeios são promovidos por agências de receptivo da cidade de Salvador, como a Cassi e a Privêtur. Com onze anos e dezoito anos de mercado respectivamente, estas empresas ofertam o pacote que garante visitação de uma

hora e meia nas Ilhas dos Frades e Itaparica. Onde saem do Terminal Marítimo de Salvador às 9h da manhã seguindo para primeira ilha, sendo que este ocorre todos os dias, exceto quando há intervenção da guarda costeira por causa do tempo. De acordo com Rose da agência Privêtur, o período de maior fluxo de turistas e visitantes é de outubro a fevereiro. Em entrevista a Cassi estimou que mensalmente 900 pessoas efetuam o passeio.

Figura 5: Passeio de escuna na Ilha dos Frades com turistas e visitantes.



Fonte 6: Arquivo próprio, 2013.

Já na praia de Paramana, existe uma vila de pescadores e veranistas com pouca infraestrutura (BAHIA, 2000). Muito próximo ao município de Madre Deus, os moradores efetuam ali suas atividades comerciais. Ainda nesta localidade encontram-se dois meios de hospedagem, as Pousadas Paramana e Beira-Mar. Dispondo de quase doze unidades habitacionais esses empreendimentos apresentam boa estrutura física e qualificações básicas para recebimento de hóspedes e turistas.

Figura 6: Fachada da Pousada Paramana.



Fonte 7: Arquivo próprio, 2013.

Gilvânia proprietária da Pousada Paramana tem investido na melhoria da infraestrutura do seu negócio, a mesma afirma que é impossível prever quando terá retorno financeiro deste. Pois o comércio local sofre com a falta de suporte básico da

Prefeitura de Salvador, como saneamento e esgotamento sanitário, pavimentação e sinalização. Além disso, de acordo com ela não há qualquer tipo de organização local voltada para o turismo na comunidade.

Ainda em Paramana os restaurantes e barracas existentes dispõem de um cardápio variado no quesito mariscos e pescados. Entretanto oferecem de forma

Figura 7: Barracas de praia de Ponta de Nossa Senhora, e restaurante de Praia da Costa.



Fonte 8:<http://www.bahianoticias.com.br/principal/noticia/126168-ilha-dos-grades-sofre-apos-derrubada-de-barracas-de-praia.html>

precária seus serviços, não obtendo instalações próprias para comercialização de alimentos. Diferentemente do que foi detectado na Praia de Ponta de Nossa Senhora, em que os comerciantes, possuem uma dinâmica apropriada. Com barracas montadas de forma padronizada com melhores condições. Já em Costa de Fora, dois dos restaurantes montados recentemente com equipamentos mais novos, permanecem fechados na maior parte do ano e mesmo em dias de grande movimento na localidade (informações cedidas em entrevista pelo Senhor Gilmário).

Outra atração da ilha é poder contorná-la a pé na maré baixa, é quando as Ilhas de Santo Antônio e Coqueiro tornam-se prolongamentos da Ilha dos Frades (CRA-BA, 2002).

Pensa-se em um turismo sustentável em áreas de proteção ambiental, de modo que os impactos negativos causados por esta atividade sejam reduzidos ao mínimo, visando uma ação equilibrada sobre o meio ambiente, possibilitando a condução das atividades desenvolvidas em áreas de relevância ambiental, além de

fornecer subsídios para a criação de um planejamento com metas e normas a serem seguidas pelos visitantes, moradores e comerciantes.

3.3 A ILHA DOS FRADES COMO UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: A GESTÃO AMBIENTAL E OS PRINCIPAIS CONFLITOS

Apenas decretar uma porção do território nacional como unidade de conservação não é suficiente para a sua proteção, pois essas áreas podem continuar sofrendo diversas ameaças à sua biodiversidade, como exploração dos recursos naturais e impactos advindos de transformações de paisagens do entorno. Neste contexto, observamos a necessidade de gestão ou manejo adequado dessas unidades. Assim critérios e normas para estabelecimento e gestão das unidades de conservação foram separados em dois grupos:

As unidades de proteção integral (estação ecológica, reserva biológica, parque nacional, monumento natural, refugio de vida silvestre) e unidade de uso sustentável (Área de Proteção Ambiental – APA, área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável, reserva particular do patrimônio natural - RPPN). (SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação)¹³

O turismo sustentável reconhece a importância da participação da comunidade local e a maximização dos benefícios econômicos gerados por esta atividade. Considerando o impacto negativo da atividade turística na Ilha dos Frades, que vem consumindo de forma acelerada os diversos recursos naturais sem que se promova sua reposição, em certas situações a disponibilidade desses recursos para a própria população torna-se escasso, ou até inacessível. Como por exemplo, a dificuldade de se encontrar água potável e alguns produtos alimentícios. Influenciando de forma direta na má qualidade de vida dos habitantes.

Segundo Brasil (1988),

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

¹³ SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>.

Fica evidente o interesse com o meio ambiente, e com isso surge à preocupação com o turismo, descrito no artigo 180 da constituição: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico”. A partir do momento que os órgãos responsáveis começam a desenvolver ações conscientes e planejadas, com a finalidade de preservar o meio ambiente, passa então a servir como um instrumento de educação ambiental, conscientizando a população local e os turistas a conservação.

De acordo com Brito (1999), a Gestão Ambiental não é feita só pelo poder público, mas sim com a participação das administrações municipais, órgãos técnicos e da comunidade.

A Gestão Ambiental consiste em um conjunto de medidas e procedimentos bem definidos que, se adequadamente aplicados, permitem reduzir e controlar os impactos introduzidos por um empreendimento sobre o meio ambiente. (VALLE, 2002 *apud* DIAS 2007 Pag. 29).

A criação de espaços territoriais especialmente protegidos constitui-se em um dos instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81) e está enfatizada no art. 5º do Código Florestal (Lei nº 477/65) que estabelece a implantação, por parte do poder público, de Parques Nacionais, Estaduais e Municipais e Reservas Biológicas, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora e das belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos.

Os estudos ambientais elaborados pelo município de Salvador para seu Plano Diretor, em 2000, ressaltavam a relevância ambiental de algumas unidades de conservação localizadas na BTS, enquadrando-as na categoria Áreas de Valor Ecológico Ambiental. São elas: APA da Baía de Todos os Santos; Reserva Ecológica da Ilha de Maré e Reserva Ecológica da Ilha dos Frades - REIF. Esses mesmos estudos apontavam a necessidade de montar uma estrutura de gestão interinstitucional entre órgãos da Prefeitura de Salvador, Governo do Estado e municípios interessados, englobando a sociedade civil e produzindo-se planos de manejos eficientes. (SALVADOR, 2000).

Loureiro (2003, p.112) ressalta a definição do SNUC para Unidades de Conservação, afirmando que:

É o espaço territorial e seus recursos naturais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Visando preservar os atributos naturais, considerados essenciais à manutenção das atividades extrativistas, e, com a intenção de instalar na ilha um turismo de massa, os órgãos de planejamento turístico configura em 1982, a Ilha dos Frades como Reserva Ecológica Municipal. No âmbito federal, o SNUC¹⁴ reforça a proteção dos recursos das populações tradicionais, justificando-se, a depender, a criação de unidades de conservação de uso sustentável.

Por meio do decreto nº7595 de 05 julho de 1999 (Anexo 1) é criada a Área de Proteção Ambiental Baía de todos os Santos (APA BTS), com o intuito de preservar as águas e o conjunto de ilhas que formam essa área. Administrada pelo Centro de Recursos Ambientais (CRA), atualmente denominado Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), competindo a essa instituição analisar e fiscalizar os empreendimentos; promover a participação dos diversos segmentos da sociedade, além de elaborar o Plano de Manejo e Zoneamento para o desenvolvimento sustentável das ilhas da BTS. A APA BTS possui uma área de 800 km², envolvendo as águas e o conjunto de ilhas inseridas na poligonal formada pela linha da costa que delimita a baía e no estuário do Rio Paraguaçu. (SEMA¹⁵)

Em entrevista, o técnico ambiental do DIRUC – Diretoria Regional de Unidades de Conservação, Ivan Amorim, ressalta que o objetivo da APA é disciplinar seu uso e ocupação, não proibindo qualquer tipo de atividade. O mesmo também se pronunciou quanto ao desafio de conciliar, todas as atividades existentes na APA, os interesses econômicos no duto do gás e do petróleo e os conflitos, além das

¹⁴SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>. Acesso 10 de set. 2013.

¹⁵ BAHIA, Secretaria Estadual de Meio Ambiente. **APA Baía de Todos os Santos**. Disponível em: <<http://www.meioambiente.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=APATODOS&p=APAAPA>> Acesso em 10 de set. 2013.

comunidades pesqueiras que desenvolvem tanto a pesca que considera sustentável, como a predatória.

Conforme importância reconhecida, a ilha é decretada parque.

Parque Florestal da Ilha dos Frades, criado pelo “Programa Estadual de Proteção a Natureza” – PRONATUR, através do Decreto nº 24.643, de 28/02/1975, com 380 habitantes. Esse parque teve seu decreto prescrito por não ter sido efetuada a desapropriação de suas terras no período de 23 anos, conforme prevê a legislação. (BAHIA, 1993, p.48)

Entretanto por não ter ocorrido a desapropriação, a Ilha dos Frades por meio de lei municipal (Lei nº 3207 de julho de 1982) foi declarada a partir de então Reserva Ecológica Ilha dos Frades. Assim a resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), nº 004 de setembro de 1985, “considera Reserva Ecológica as formações florísticas e as áreas de floresta de preservação permanente”. Porém somente em 2012 a prefeitura municipal de Salvador, publica novos ajustes na regulamentação da Zona de Proteção Ambiental – ZPAM (Anexo 2), esse novo decreto modifica o zoneamento e integra o plano de manejo o qual identifica as potencialidades, estabelecendo diretrizes e propondo ações para aplicar o plano de manejo sustentável.

O plano de manejo busca diagnosticar e avaliar a situação da ilha, zonear e regulamentar a ZPAM. Conforme Beni (2003):

O plano de manejo consiste num conjunto de normas de uso de uma área de interesse turístico e de gestão de seus recursos atrativos. Em harmonia com a implantação e a administração da área, deve garantir sua proteção e aproveitamento de acordo com os objetivos preservacionistas e conservacionistas.

O plano de manejo disponível, o decreto nº 23.719/12, segue os critérios de importância biológica extrema, cuja área possui espécies mais valiosas como as endêmicas, ameaçadas de extinção ou raras; área de importância alta, onde se enquadra uma grande riqueza de espécies, e área de importância média, apresentando um valor médio de espécies (SALVADOR, 2012).

Ainda segundo o plano de manejo, os programas e subprogramas são compostos dos seguintes temas: patrimônio natural, cultural, interação socioambiental, proteção, turismo sustentável, educação ambiental, comunicação e

marketing. Atualmente a ilha tem como legislação disponível o Plano diretor, Lei de Ordenamento do Solo que denomina a ilha como ZPAM, cuja administração é centralizada pela sede, assim também como, a existência de associações de moradores. A área é favorável ao turismo, apresenta fácil acesso a sede, além do comprometimento dos manguezais e dos recursos hídricos devido à degradação ambiental.

A gestão e fiscalização das áreas de preservação da Ilha dos Frades têm ficado a cargo de entidades governamentais, distantes de atender as necessidades locais, como o Inema – Instituto Nacional de Meio Ambiente, e seu departamento, o Diruc – Diretoria Regional de Unidades de Conservação, abrindo espaços, para que haja intervenção de outros órgãos, a exemplo da ONG Fundação Baía Viva, que realiza intervenções na Ilha dos Frades, como pavimentação das ruas, vielas, e praças públicas, sendo esta, intervenções consideradas irregulares pelo Ministério Público¹⁶. É evidente que os órgãos responsáveis carecem de estrutura humana e física no quesito fiscalização e na implantação das leis relacionadas a ações que preservem o meio ambiente.

Sendo tal evidência confirmada pelo Ivan Amorim, onde o mesmo, afirma que o Estado cria a unidade de conservação, mas por falta de recursos técnicos não produz de imediato o plano de manejo, que é um documento fundamental para gestão do local.

Figura 8: Intervenções irregulares na Ilha dos Frades. Ponta de Nossa Senhora - Costa de Fora - Loreto. Superior/Inferior.

¹⁶ MPF denúncia nove pessoas por crimes ambientais na Ilha dos Frades. Publicado em maio 31, 2012 por movimentodesocupa. Disponível em: <<http://movimentodesocupa.wordpress.com/2012/05/31/mpf-denuncia-nove-pessoas-por-crimes-ambientais-na-ilha-dos-frades/>>. Acesso 20 mai 13.



Fonte 9: Arquivo próprio, 2013.

Logo, a Prefeitura Municipal de Salvador, responsável pela urbanização da ilha, deixa a comunidade a mercê dos conflitos sociais, decorrentes do processo da falta de ações públicas, como já descrito, saneamento, recolhimento de lixo, esgotamento sanitário, falta de pavimentação e sinalização, são alguns dos fatores que impedem o progresso da Praia de Paramana, por exemplo, que em consenso populacional, não se permitiu modificações propostas pela Ong. Fundação Baía Viva. Convivendo assim de forma degradante, com os impactos negativos, falta de investimento governamental.

Figura 9: Esgoto a céu aberto, falta de pavimentação. Comunidade de Paramana.



Fonte 10: Arquivo próprio, 2013.

Um dos problemas em relação aos órgãos responsáveis pela conservação e preservação do meio ambiente é que em muitas vezes, não possuem funcionários com formação adequada para trabalhar com a gestão ambiental nessas localidades, com o passar dos anos, a Ilha dos Frades fora bastante divulgada pelos órgãos de turismo, e isso tem aumentado o fluxo de turistas, o que acaba gerando maiores impactos oriundos dessa atividade. Todos esses fatores condenam a conservação das áreas protegidas. Algumas dessas ameaças podem ser minimizadas, se os benefícios da atividade turística fossem de fato aproveitados para a população local.

Para Loureiro (2003, p.112):

A atual política para as unidades de conservação passa pelo reconhecimento de que os grupos sociais são parte integrante da preservação dos recursos naturais, não podendo ser ignorados ou vistos como “inimigos” dos territórios protegidos. Pelo contrário, devem ser incorporados á preservação ambiental e a busca de alternativas socioeconômicas que garantam a sobrevivência humana, num processo de envolvimento e estabelecimento de parcerias e co-responsabilização de toda a sociedade.

Da relação meio ambiente e turismo, surge o ecoturismo, como uma alternativa ao turismo de massa predatório, onde utiliza os recursos naturais de forma racional sem prejudicar seus atributos naturais. De acordo com Queiroz (2006) algumas áreas protegidas, como reservas biológicas e estações ecológicas, o ecoturismo não é possível devido à fragilidade de certos ecossistemas, onde a visitação é incompatível com os objetivos de manejo preconizados por essas unidades de conservação.

Para se abordar um problema ambiental, e os conflitos que este pode gerar, recomenda-se que antes seja reconhecido o patrimônio natural como bem coletivo, o qual deve ser gerido de forma sustentável e democrática. Essa atitude, evidentemente, articulando-se com a consolidação da percepção do uso e conservação dos bens naturais como parte de um processo social e econômico de concentração de interesses, de reconhecimento de identidade políticas, de participação cívica e de construção de valores democráticos nas decisões sobre a vida comum. (LOUREIRO, 2003, p.121)

Atualmente na APA BTS e na REIF as maiores dificuldades para gerenciamento dessas unidades esta na falta de um gestor específico e do plano de manejo, sobrecarregado a equipe do Inema que se encontra com um contingente de técnicos inferior ao necessário. Apesar das condições mencionadas o órgão tenta

manter um conselho gestor da APA, com várias representações: indústria, pescadores, universidades, prefeituras e ONGs. Contudo por falta de um responsável gerencial, já que o mesmo seria o presidente do conselho, este permanece inativo. (Ivan Amorim - entrevista cedida)

Na conjuntura em que se encontra a Ilha dos Frades, um bom planejamento público que envolvesse a comunidade é uma alternativa de organização da atividade turística deste espaço com potencial ecológico inigualável. Onde existe o interesse popular, na melhoria das condições básicas urbanas, para a população, favorecendo o turismo local, na geração de emprego, renda e qualificação dos serviços oferecidos.

4 A ATIVIDADE TURÍSTICA NA ILHA DOS FRADES

4.1 AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA E ATRATIVOS

O potencial turístico que caracteriza a região insular em questão é na sua essência voltada para suas paisagens naturais e o ambiente bucólico de suas localidades. Assim ao observar os aspectos urbanos da Ilha dos Frades, foram notados fatores agravantes em relação á infraestrutura básica: saneamento, poluição, esgotamento sanitário, pavimentação e sinalização. Além das condições em que se encontram os estabelecimentos comerciais que servem de apoio ao turista.

Na localidade Paramana, a mais populosa da ilha (aproximadamente 1000 pessoas¹⁷), a primeira vista, o turista/visitante se depara com escoamento do esgoto e dejetos de todos os tipos sendo despejado na praia, o que acaba por deixar a praia imprópria para banho, como também um ambiente mal cheiroso, impedido de forma direta o crescimento do comércio local. Desde que, bares, restaurantes e barracas ficam a beira-mar, inadequadamente. Onde as mesmas são montadas com lonas, de forma irregular, sem sanitários e espaços apropriados, desrespeitando critérios básicos da vigilância sanitária.

Figura 10: Paramana, localidade mais populosa da Ilha.



Fonte 11: Arquivo próprio, 2013.

¹⁷ Informação cedida em entrevista pelo Sr Bonfim - líder comunitário.

Figura 11: Despejos de dejetos e esgoto em Paramana.



Fonte 12: Arquivo próprio, 2013.

Segundo relato dos moradores um dos fatores que contribuíram para a queda do número de turistas na região foi à demolição das barracas de praia em 2011, após cumprimento á decisão do Juiz da 13^a Vara Cível Federal, Carlos D'Ávila Ferreira, que determinou a retirada das barracas de praia de toda orla de Salvador¹⁸. Vale ressaltar que as da Ilha dos Frades eram todas padronizadas e possuíam uma estrutura adequada para atender os turistas provenientes das escunas que desembarcam em Paramana e Ponta de Nossa Senhora.

Ainda em Paramana observam-se moradias construídas nos morros e em áreas elevadas, devido ao relevo desta localidade os acessos a algumas residências são realizados pelas várias escadarias existentes, ressaltando a falta de sinalização nas ruas e vielas da localidade.

¹⁸ LUZBEL, Ricardo. Ilhas dos Frades sofre apos derrubada de barracas de praia. BN Bahia Notícias Online. Disponível: <http://www.bahianoticias.com.br/principal/noticia/126168-ilha-dos-frades-sofre-apos-derrubada-de-barracas-de-praia.html>. Acesso: 03.10.13.

Figura 12: Vista de Paramana. Ilha dos Frades.



Fonte 13: Arquivo próprio, 2013.

A Ilha dos Frades tem apenas um posto de saúde, que fica nesta localidade, e funciona três vezes por semana, para atendimento de emergência o paciente é levado para Madre de Deus, situação esta que tem ocasionado grandes problemas, pois a prefeitura deste município tem utilizado de seus recursos para atender a população que territorialmente pertence a Salvador..

Para tanto, além da ineficiência do serviço de saúde, a comunidade dispõe apenas de uma escola municipal, localizada também em Paramana, que atende até o quinto ano do ensino fundamental (4ª série). Os estudantes que quiserem prosseguir os estudos tem que se deslocar até Madre de Deus, arcando inclusive com o próprio transporte, pois não são assistidos com programas que contribuam para sua formação escolar.

Na comunidade de Costa de Fora, devido às intervenções mesmo que irregulares, a população conta com pavimentação adequada, e canalização do escoamento sanitário. Contudo, este escoamento é despejado na praia, e devido a uma contenção nas proximidades da comunidade, ocorreu uma descaracterização da praia, considerada de águas calmas e areia branca; dando espaço as pedras, tendo a areia da praia sido "lavada" pelo movimento natural das marés.

Figura 13: Praia de Costa de Fora com contenção irregular, aparecimento de pedras.



Fonte 14: Arquivo próprio, 2013.

Conforme documentos do parecer técnico do Programa de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur Nacional, lançado em 2012 pela Setur há propostas de melhorias para Ilha dos Frades, como a construção de um terminal marítimo e a melhoria de acessos terrestres à Ilha. Atualmente as viagens de barco entre Paramana e Madre de Deus possui horário definido de segunda a sexta, sendo o contrário aos sábados e domingos. Em Ponta de Nossa Senhora não é definido este tipo de transporte, chegando nesta localidade na sua maioria as escunas com turistas da cidade de Salvador e excursionistas.

Figura 14: Terminais Marítimos de Madre de Deus, Paramana e Ponta de Nossa Senhora.



Fonte 15: Arquivo próprio, 2013.

Ponta de Nossa Senhora dispõe de uma das paisagens mais bonitas da ilha, é a terceira em número de moradores, com aproximadamente 45 pessoas, de acordo com Sr. Manuel, comerciante local, que disponibiliza de um pequeno espaço de camping para os amantes da natureza, sem deter outros tipos de meio de hospedagem, nesta praia as barracas são montadas com toldos brancos e isopos, de forma igual, porém sem a qualidade adequada. O maior conflito ambiental nesta área, concentra-se na capacidade de carga originada com a chegada das escunas.

Em termos gerais as praias da Ilha dos Frades que foram visitadas, encontram-se em processo de degradação ambiental e social, devido a ausência de políticas públicas e os impactos gerados pela presença massiva de escuna e barcos para visitação turística, afetando tanto o bem natural quanto o patrimônio material do local (Igreja Nossa Senhora de Guadalupe e Igreja de Nossa Senhora do Loreto). Apesar de graves os impactos ambientais e sociais vividos pela comunidade, a região ainda detêm de espaços de relevância ecológica ainda intacta, no interior e em demais praias da ilha.

Associado a este fato tem-se as intervenções urbanas realizadas pela Fundação Baía Viva, cuja ação desta organização encontra-se em processo judicial.

4.2 PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

In loco verificou-se a existência da associação dos moradores de Paramana, a qual tem encontrando dificuldades, para atender as necessidades e os anseios da população, não havendo nenhum programa voltado para o fortalecimento da prática do turismo na local. É importante despertar na comunidade o empreendedorismo e a iniciativa das cooperativas para que sejam implementadas propostas em que haja a participação de todos.

O único movimento organizado encontrado na comunidade foi dos barqueiros. Representados pela ASBAP - Associação dos Barqueiros de Paramana, esta associação tem apoio da prefeitura de Madre de Deus para manter o serviço de transporte marítimo. Os bilhetes são vendidos nos terminais das duas localidades, e posteriormente repassado aos barqueiros pela associação.

Outra situação conturbada perante a comunidade é falta de legalização das residências. Segundo relato de moradores houve promessa por parte da Prefeitura

de Salvador, no que diz respeito à doação do título de terra, fato esse que não ocorreu até o momento. Entretanto o governo municipal tem permitido que a população realize o recadastramento do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbana. Ainda sim, sem qualquer garantia de posse da terra.

Decorrente do descaso governamental, em 2006 a associação de moradores de Paramana, fizeram um levantamento na comunidade, arrecadando aproximadamente 2000 assinaturas para um abaixo assinado, solicitando mudança de unidade administrativa da Ilha dos Frades para Madre de Deus, esperando assim serem beneficiados por políticas públicas de adequação urbana do território insular.

A falta de estrutura para educação e saúde, tem influenciado negativamente na qualidade de vida da comunidade, só com acesso a educação a população pode desenvolver sensibilidade para conservação e preservação do ambiente que vive, pondo em prática ações públicas voltadas para educação e saúde.

4.3 ATUAÇÃO DOS CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO

Pode-se considerar os canais de distribuição um dos principais agentes responsáveis pelos mais eficazes impactos negativos do turismo, como: capacidade de carga, acúmulo de lixo, e exclusão social; principalmente em ambientes insulares. De modo geral, esses locais não apresentam infraestrutura adequada para permanência do turista visitante, onde é precário serviços como restauração, transporte e hospedagem.

Nas premissas que envolvem a Ilha dos Frades e o turismo, as agências e operadoras de viagem são quem mais ganham financeiramente, pois a venda de pacotes com passeio de um dia entre Frades e Itaparica, não deixa divisas na comunidade.

Na cidade de Salvador a venda do passeio as ilhas são promovidas pelas empresas Privêtur e Cassi, estas durante a maior parte do ano alugam embarcações e terceirizam o serviço para outras agências tais como a TCH, Adual e Voiage.

As mesmas não dispõem de nenhum tipo de passeio que proporcione ao turista passar o dia inteiro na ilha, o principal fato apontado pelas agências visto a não existência deste é a falta de infraestrutura portuária, de restaurantes e meios de

hospedagem, sendo também que a principal demanda prefere conhecer além da ilha dos Frades a Ilha de Itaparica.

Assim foi detectado que as agências e operadoras exploram o ambiente da ilha em especial Ponta de Nossa Senhora, não havendo retorno econômico comercial significativo para população. Principalmente nos períodos de maior fluxo de turistas e visitantes, considerado pelos canais de distribuição, o intervalo entre dezembro a fevereiro.

4.4. POLÍTICAS PÚBLICAS

Através da pesquisa de campo de das entrevistas cedidas, foi atestado o descaso governamental com a comunidade da Ilha dos Frades, quanto a falta de infraestrutura básica e políticas públicas ideais para manutenção de condições urbanas satisfatórias. *In loco* foi verificado a ineficiência do serviço público também quanto ao recolhimento de lixo, sendo este deixado em um local próximo a praia do Loreto, onde a LIMPURB - Empresa de Limpeza Urbana de Salvador - faz a coleta irregularmente, transportando este material para o aterro em Salvador.

A prefeitura de Salvador fornece as localidades da Ilha dos Frades um serviço público deficiente, enfatizando além da ausência de saneamento e esgotamento sanitário, outros serviços como, pavimentação, sinalização, saúde, educação e segurança. Em que o posto policial e de saúde não são servidos de contingente próprio, e atendimento regular, e as condições de ensino são ínfimas.

Considera-se ainda a inexistência de documentos como plano de manejo para a conclusão do zoneamento da APA BTS bem como da REIF, que impediria o uso e o ordenamento indevido do território, garantindo a qualidade do ecossistema desta unidade de conservação. Onde esse documento indicaria as áreas mais sensíveis, delimitaria as áreas a serem ocupadas e quais atividades ela poderia suportar, relevando sua capacidade de carga.

Além da falta de legislação própria a APA encontra-se sem um gestor específico, ficando a cargo da DIRUC a responsabilidade de gerir a UC, o que acaba gerando uma sobrecarga, pois o departamento é responsável por todas as unidades de conservação do Estado. A falta de recursos financeiros e quadro de funcionários

insuficientes foram os maiores problemas relatados por parte do INEMA para a fiscalização das áreas de proteção.

5 CONCLUSÃO

O turismo é um fenômeno de representação econômica extremamente considerável para os destinos turísticos. Para tanto existem localidades que dispõem de acervo ecológico paisagístico e cultural, que são condicionantes motivacionais, em que tais características não consideradas, deixam essas, a margem da atividade turística. A partir das pesquisas e entrevistas realizadas com moradores e agentes responsáveis pela gestão e desenvolvimento da atividade turística na Ilha dos Frades, pode-se notar o presente descaso com as questões ambientais e sociais.

Deste modo, a comunidade não se desenvolve economicamente, diante do turismo; e as agências de viagens que promovem o passeio de escuna, o fazem de forma exploratória, sem qualquer participação da população; por sua vez, o poder público nada faz para melhorar a infraestrutura básica como: esgotamento sanitário, recolhimento de lixo e sinalização, bem como proteger uma área rica em biodiversidade decretada unidade de conservação.

Assim, a falta do plano de manejo e do zoneamento da APA Baía de Todos os Santos, e conseqüentemente da Reserva Ecológica Ilha dos Frades, acarreta em uma série de problemáticas ambientais, resultando na ineficiência do gerenciamento destas áreas, uma vez que, o uso e o aproveitamento das unidades de conservação são delimitadas e restringidas pelos documentos mencionados, visando proteger o bem natural de que dispõe o respectivo território.

É verídico o potencial turístico presente na Ilha dos Frades no que se refere ao seu ambiente natural, entretanto durante a pesquisa de campo e entrevistas fora confirmada a hipótese norteadora deste trabalho monográfico, cuja a falta de infraestrutura básica e de serviços - restauração, hospedagem - é um vetor agravante para a má qualidade do turismo praticado na ilha. Concluindo de tal forma, que a Ilha dos Frades nada mais é que um ponto de apoio alternativo, para o turismo da cidade de Salvador, onde, o que é praticado nas localidades é considerado por nós visitas ou excursões, já que os mesmos ocorrem em um período de uma hora e meia a sete horas respectivamente.

Neste trabalho foram discutidos temas relacionados ao turismo e meio ambiente, e a importância da conservação. Acreditando-se que é possível desenvolver uma atividade turística em que os impactos gerados não cause danos

irreversíveis ao ecossistema e as pessoas que vivem no entorno, sendo este impulsionado pelo turismo predatório e sem planejamento. Justificando o imediatismo da regulamentação das leis de uso e ordenamento do solo, e a produção do plano de manejo e do zoneamento da ilha.

REFERÊNCIA

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro. 2002.
- __ **NBR 14724**: informação e documentação - trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro. 2011.
- __ **NBR 15287**: projeto de pesquisa – apresentação. Rio de Janeiro. 2011.
- __ **NBR 6024**: informação e documentação – numeração progressiva das seções de um documento escrito – apresentação. Rio de Janeiro. 2003.
- __ **NBR 10520**: informação e documentação – citações em documentos – apresentação. Rio de Janeiro. 2002.
- __ **NBR 6028**: informação e documentação - resumo – apresentação. Rio de Janeiro. 2003.
- __ **NBR 10719**: apresentação de relatórios técnico-científicos. Rio de Janeiro. 1989.
- ATHAYDE, Carlos. **Rosas da Infância**. Salvador: [?], [197-?].
- BAHIA, Centro de Recursos Ambientais. **Áreas de Proteção Ambiental da Bahia: Baía de Todos os Santos e Litoral Norte**. v.03. Salvador – BA: CRA, 2002.
- BAHIA, Centro de Recursos Ambientais. **Diagnóstico Ambiental da APA Baía de Todos os Santos**. V.II. Salvador: Fundação Baía Viva, 2001.
- BAHIA, Secretaria da Cultura e Turismo. Superintendência de Desenvolvimento do Turismo. **Roteiro Ecoturístico da Baía de Todos os Santos**. Salvador: A Secretaria, 2000.
- BAHIA, Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia; Centro de Recursos Ambientais. **Projeto de gerenciamento costeiro do Estado da Bahia: zoneamento costeiro Baía de Todos os Santos à Mangue Seco**. Salvador: SEPLANCTI/ CRA, 1993.
- BAHIA, Secretaria Estadual de Meio Ambiente. **APA Baía de Todos os Santos**. Disponível em: <<http://www.meioambiente.ba.gov.br/conteudo.aspx?s=APA>>. Acesso: 10 de set. 2013.
- BAHIA, Secretária de Turismo. **Estratégia turística da Bahia: O terceiro salto 2007-2016**. Salvador: Setur, 2011.
- BAHIA, UEFS. **Projeto flora da Bahia**. Disponível me <<http://www.uefs.br/floradabahia/apresent.html>> Acesso em 10 de outubro de 2013.
- BARRETTO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. 10.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.
- BENI, Mario Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 9.ed. São Paulo: Senac, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, Conselho Nacional de Meio Ambiente. **Resolução Conama nº 004/1985**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=21>> Acesso: 17 de set. de 2013.

BRASIL, Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>. Acesso 17 de set. de 2013.

BRASIL, IBGE. **Estados.Bahia**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ba>>. Acesso em 10 de outubro de 2013.

BRASIL, Ministério da Indústria do Comércio e do Turismo. EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo. **Política Nacional de Turismo 1996-1999: Principais diretrizes, estratégias e programas**.

BRITO, Francisco A; CÂMARA, João B. D. . **Democratização e gestão ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

CASTRO, Armando Alexandre. **Turismo e carnaval na Bahia**. Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, 2005. Disponível em <<http://www.publicacoesdeturismo.com.br/ref.php?id=1668>>. Acesso em 13 de outubro de 2013.

COSTA, Everaldo Baptista. **A concretude do fenômeno turístico e as cidades – patrimônio – mercadoria: uma abordagem geográfica**. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2010.

CRUZ, Rita de Cássia Arizada. **Introdução à Geografia do Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

DI RONÁ, Ronaldo. **Transporte no turismo**. São Paulo: Manole, 2002.

DIAS, Carlos Eduardo Goulart. **Diagnóstico das ações de responsabilidade sócio ambiental no Banco do Brasil S.A.: um estudo de caso**. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração). Curso de Administração. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2003a.

DIAS. Reinaldo. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003b.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

FIGURA 01. Localização da Ilha dos Frades - Baía de Todos os Santos.

Disponível em:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ilhas_da_baia_de_todos_os_santos.svg>.

Acesso: 01.11.13.

FIGURA 02. Ruínas da Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe. Disponível em:

<http://guiadolitoral.uol.com.br/ilha_do_frades-2609_2009.html>. Acesso em: 01.11.13

FIGURA 08. Barracas de Praia de Ponta de Nossa Senhora e Restaurante de Praia da Costa. Fonte: < <http://www.bahianoticias.com.br/principal/noticia/126168-ilha-dos-grades-sofre-apos-derrubada-de-barracas-de-praia.html>>. Acesso em: 01.11.13.

GUERREIRO, Goli. **A cidade imaginada: Salvador sob o olhar do turismo.**

Revista gestão e planejamento. Ano 06, nº 11. Salvador, 2005. Disponível em

<<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rgb/article/view/192>>. Acesso em 15 de outubro de 2013.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. 2.ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOHMANN, Guilherme; NETTO, Alexandre Panosso. **Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Gestão ambiental participativa em unidades de conservação**, In BAHIA, Centro de Recursos Ambientais. LOUREIRO, Carlos Frederico B. (org.). **Cidadania e Meio Ambiente**. V.01. Salvador: CRA, 2003.

MONTEJANO, Jordi Montaner. **Estrutura do mercado turístico**. 2. Ed. São Paulo: Roca, 2001.

MORSELLO, Carla. **Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo**. 2.ed. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2006. Publicação da defesa de dissertação de mestrado em 1995 junto ao PROCAM/USP.

NETTO, Alexandre Panosso; ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Segmentação do Mercado Turístico: estudos, produtos, perspectivas**. 1.Ed. Barueri-SP: Manole, [?].

NUNES, Orlando Augusto. **Transporte Ferroviário**. Disponível em: www.webartigos.com/artigos/transporte-ferroviario/2194. Acesso em: 18.08.13.

OLIVEIRA, Jara Souza. **O PRODETUR/NE e o desenvolvimento do turismo na Bahia** In FIB, Centro Universitário da Bahia. **Textos e Contextos: Turismo e Patrimônio**. Ano. 3, n.4. Salvador: FIB, 2006.

OMT, ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

QINTELLA, Heitor M.; CORTADA, James W. **TQM: Gerência da Qualidade Total**. São Paulo: Makron Books, 1994. Tradução Eliane Kanner.

QUEIROZ, Odaléia Telles Marcondes Machado. . **Turismo e ambiente: temas emergentes**. Campinas: Alínea, 2006.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. 8.Ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

SALVADOR, Administração Pública, Executivo e Legislativo e Administração Municipal. Salvador: Jam-Jurídica Editoração e Eventos Ltda. Ano XV edição especial, agosto, 2010. Disponível em: <<http://www.jam-juridica.com.br/revistas/agosto2010/files/assets/downloads>>. Acesso em 18 de set. 2013.

SALVADOR, LEIS MUNICIPAIS. **Decreto nº 23.719 de 21 de dezembro de 2012**. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br>> Acesso: 18 de set. 2013.

SALVADOR, Sistema de Informação Municipal. **Caderno da cidade. Uso e ocupação do solo**. Disponível em: <<http://www.sim.salvador.ba.gov.br/caderno/Cadernos_da_Cidade.pdf>> Acesso em 10 de set. 2013.

SALVADOR, Sistema de Informação Municipal. **População residente**. Disponível em: <<http://www.sim.salvador.ba.gov.br/indicadores/index.php>> Acesso: 10 de set. 2013.

SANTOS, Elisabete; PINHO, José Antonio Gomes; MORAES, Luiz Roberto Santos; FISHER, Tânia (org.). **O caminho das águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes**. Salvador, BA: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010.

SENAC. Departamento Nacional. **Introdução a Turismo e Hotelaria**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 1998.

SILVA, Jozy; TEIXEIRA, Laíse; ALMEIDA, Lucas. **Figura 03. Vista Panorâmica da Ilha dos Frades, vegetação densa. Praia Ponta de Nossa Senhora**. Fonte: Arquivo Próprio, 2013.

_ **Figura 04. Igrejas de Nossa Senhora de Guadalupe e Nossa Senhora do Loreto. Atrativos Culturais.** Fonte: Arquivo Próprio, 2013.

_ **Figura 05. Mapa da Ilha dos Frades.** Fonte: Painel de sinalização localizado em Ponta de Nossa Senhora, 2013.

_ **Figura 06. Passeio de escuna na Ilha dos Frades com turistas e visitantes.** Fonte: Arquivo Próprio, 2013.

_ **Figura 07. Fachada da Pousada Paramana.** Fonte: Arquivo Próprio, 2013.

_ **Figura 09. Intervenções irregulares na Ilha dos Frades: Ponta de Nossa Senhora, Costa de Fora e Loreto.** Fonte: Arquivo Próprio, 2013.

_ **Figura 10. Esgoto a céu aberto, falta de pavimentação. Comunidade de Paramana.** Fonte: Arquivo Próprio, 2013.

_ **Figura 11. Paramana. Localidade mais populosa da ilha.** Fonte: Arquivo Próprio, 2013.

_ **Figura 12. Despejos de dejetos e esgoto em Paramana.** Fonte: Arquivo Próprio, 2013.

_ **Figura 13. Vista de Paramana. Ilha dos Frades.** Fonte: Arquivo Próprio, 2013.

_ **Figura 14. Praia de Costa de Fora com contenção irregular, aparecimento de pedras.** Fonte: Arquivo Próprio, 2013.

_ **Figura 15. Terminais Marítimos de Madre de Deus, Paramana e Ponta de Nossa Senhora.** Fonte: Arquivo Próprio, 2013.

SOUZA, Marcia Moreira de Carvalho. **Desenvolvimento sustentável nas Ilhas dos Frades e de Bom Jesus dos Passos: aspectos socioeconômicos e ambientais.** 2004. Dissertação (Mestrado). Curso de Análise Regional. Universidade Salvador - UNIFACS.

SWARBROOK, John. **Turismo Sustentável: Conceitos e Impacto Ambiental.** V.01. 2.ed. [tradução Margarete Dias Pulido]. São Paulo: Aleph, 2000a.

SWARBROOK, John. **Turismo Sustentável: Setor Público e Cenários Geográficos.** V.03. 2.ed. [tradução Esther Eva Horovitz]. São Paulo: Aleph, 2000b.

SWARBROOK, John. **Turismo Sustentável: Turismo Cultural, Ecoturismo e Ética.** V.05. [tradução Saulo Kriegr]. São Paulo: Aleph, 2000c.

APÊNDICE

1. ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AS AGÊNCIAS

EMPRESA:

ENTREVISTADO: _____

CARGO:

ENTREVISTA

- 1) A QUANTO TEMPO A EMPRESA ATUA NO MERCADO?
- 2) A QUANTO TEMPO FAZ O PASSEIO DAS ILHAS?
- 3) QUAIS E QUANTAS OPERADOS TRABALHAM COM VOCÊS FAZENDO O PASSEIO AS ILHAS?
- 4) AS ESCUNAS SÃO ALUGADAS OU PRÓPRIAS?
- 5) QUAIS AS PRINCIPAIS CONCORRENTES DIRETAS QUE A EMPRESA TEM HOJE?
- 6) TEM ALGUM PACOTE EM QUE O TURISTA/VISITANTE PASSE UM DIA INTEIRO NA ILHA DOS FRADES?
- 7) (diante de uma resposta negativa para o item 6) PORQUE NÃO HÁ UM PASSEIO DE UM DIA INTEIRO?
- 9) QUAL A MEDIA DE PÚBLICO?
DIÁRIA - _____
MENSAL - _____
ANUAL - _____

Salvador-BA, ____ / ____ / ____.

2. ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS MORADORES

NOME: _____

LOCALIDADE: _____

ENTREVISTA

1)FAIXA ETÁRIA:

() 15-30 () 30-50 () 50-70 () 70-90 () + 90

2)GENERO :

() FEMININO () MASCULINO

3)ESCOLARIDADE:

() FUNDAMENTAL () FUNDAMENTAL INCOMPLETO

() MÉDIO () MÉDIO INCOMPLETO

() SUPERIOR () SUPERIOR INCOMPLETO

4)PERFIL:

() LÍDER COMUNITÁRIO () COMERCIANTE () ARTESÃO

() DONO DE MEIO DE HOSPEDAGE () DONO DE EMBARCAÇÃO

5)VOCÊ ACHA QUE O TURISMO DE SALVADOR FAVORECE A ILHA DOS FRADES?

6)VOCÊ SE ACHA COMTEMPLADO PELO TURISMO NA ILHA DOS FRADES?

7)O PODER PÚBLICO POSSUI ALGUM TIPO DE AÇÃO QUE PERMITA QUE A COMUNIDADE PARTICIPE DIRETAMENTE DA ATIVIDADE TURÍSTICA?

8)A COMUNIDADE TEM ALGUM TIPO DE PROGRAMA EM QUE A MESMA PROMOVA O TURISMO NA ILHA DOS FRADES?

9)O QUE FALTA PARA QUE A ILHA DOS FRADES SE CONSOLIDE COMO UM DESTINO TURÍSTICO ÚNICO?

Salvador-BA, ____/____/____.

3. ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ORGÃO RESPONSÁVEL.

INSTITUIÇÃO:

ENTREVISTADO:

CARGO:

ENTREVISTA

1) O ESTADO COMO GESTOR DE UMA APA, E SUA PARTICIPAÇÃO NO GERENCIAMENTO DA RESERVA ECOLÓGICA ILHA DOS FRADES?

2) EXISTE ALGUM PROJETO SOCIOAMBIENTAL DESENVOLVIDO NA ILHA DOS FRADES?

3) A INSTITUIÇÃO RECEBI DENÚNCIAS DE ATIVIDADES IRREGULARES DESENVOLVIDAS NA ILHA DOS FRADES, POR PARTE DA COMUNIDADE?

4) QUANDO VAI SER IMPLANTADO O PLANO DE MANEJO?

QUAIS AS MAIORES DIFICULDADES PARA GERIR A ÁREA?

SALVADOR, ____/____/____.

DECRETO Nº 7.595 DE 05 DE JUNHO DE 1999

Cria a Área de Proteção Ambiental - APA da Baía de Todos os Santos e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, tendo em vista as disposições da Lei Estadual nº 3.858, de 3 de novembro de 1980, e com fundamento na Lei Federal nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e nas Resoluções CONAMA nº 10, de 14 de dezembro de 1988, e nº 12, de 14 de setembro de 1989,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica criada a Área de Proteção Ambiental – APA da Baía de Todos os Santos, com área estimada de 800 km², envolvendo as águas e o conjunto de ilhas inseridas na poligonal formada pela linha da costa que delimita a baía e no estuário do Rio Paraguaçu, conforme consta do Anexo Único deste Decreto, visando:

- I - preservar os remanescentes da floresta ombrófila;
- II - preservar os manguezais, assegurando a diversidade genética da fauna nativa e seus processos evolutivos naturais, em especial a avifauna migratória;
- III - proteger as águas doces, salobras e salinas;
- IV - disciplinar o uso e ocupação do solo;
- V - combater a pesca predatória pelo incentivo ao uso de técnicas adequadas à atividade pesqueira;
- VI - promover o desenvolvimento de atividades econômicas compatíveis com o limite aceitável de câmbio do ecossistema (LAC).

Art. 2º - A administração da APA da Baía de Todos os Santos será exercida pelo Centro de Recursos Ambientais – CRA, autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, ao qual caberá, dentre outras competências previstas na legislação própria, especialmente na Resolução CONAMA nº 10, de 14 de dezembro de 1988:

- I - elaborar o plano de manejo, no qual se estabelecerá o zoneamento ecológico-econômico, respeitada a autonomia e o peculiar interesse municipal, assim como observadas a legislação pertinente e as disposições deste Decreto;

- II - analisar, emitir pareceres e aprovar a implantação de empreendimentos e atividades na área;
- III - exercer a fiscalização da área, podendo celebrar convênios, com entidades idôneas e que tenham interesses relacionados aos objetivos da APA;
- IV - promover a participação das prefeituras, de organizações não governamentais-ONG's e demais segmentos sociais interessados no desenvolvimento sustentável das ilhas da Baía de Todos os Santos.

Art. 3º - O Zoneamento Ecológico-Econômico da APA da Baía de Todos os Santos, a que se refere o inciso I, do art. 2º, deste Decreto, definirá as restrições e proibições de uso das seguintes zonas:

- I - ZONA DE PRESERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE - corresponde às áreas de preservação onde não se admite o uso direto e nem atividades que importem na alteração antrópica da biota, podendo o Plano de Manejo prever atividades relacionadas ao turismo ecológico, pesquisa e educação ambiental. Serão enquadradas nessa zona as áreas que apresentem vegetação ombrófila em estágio médio e avançado de regeneração, manguezais e ecossistemas coralíneos;
- II - ZONA DE CONSERVAÇÃO DA VIDA SILVESTRE - corresponde às áreas de uso direto, desde que se respeite o Limite Aceitável de Câmbio-LAC dos recursos naturais. São áreas utilizadas pelas comunidades locais para desenvolvimento de atividades de subsistência e áreas ao longo do litoral com ocupação de baixa densidade. Os empreendimentos a se instalarem nessa zona deverão obter aprovação prévia da entidade administradora da APA;
- III - ZONA DE OCUPAÇÃO URBANA - corresponde às áreas de ocupação urbana consolidada, e seu entorno. São áreas em que se permite a expansão da ocupação, com aprovação prévia da entidade administradora da APA, independentemente de outras licenças e autorizações pertinentes;
- IV - ZONA DE USO AGROPECUÁRIO - compreende as áreas onde a atividade agropecuária deverá ser regulada, não se admitindo práticas capazes de causar degradação do solo, a exemplo da contaminação por agrotóxicos e desencadeamento de processos erosivos;

V - ZONA DE RECOMPOSIÇÃO - corresponde às áreas que precisam da intervenção antrópica para recompor total ou parcialmente o ambiente. Nestas áreas serão reintroduzidas espécies vegetais típicas de Mata Atlântica e ecossistemas associados, para que desempenhem o seu papel de proteção natural do meio físico, reconstituindo matas ciliares, atraindo e fixando a fauna regional.

Art. 4º - As ilhas com área menor que 5.000 ha, com características naturais extraordinárias ou que abrigam exemplares raros da biota regional, e que tenham pouca ou nenhuma aglomeração urbana, serão consideradas Áreas de Relevante Interesse Ecológico-ARIE, a serem enquadradas na Zona de Vida Silvestre da APA.

Parágrafo único - É permitido, nessas áreas, dentre outras atividades não predatórias, o exercício do pastoreio equilibrado e a colheita limitada de produtos naturais, desde que devidamente controlados pela entidade gestora.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 05 de junho de 1999.

CÉSAR BORGES

Governador

Sérgio Ferreira
Secretário de Governo

Luiz Carreira
Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia

ANEXO ÚNICO**RELAÇÃO DAS ILHAS DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS E SUA LOCALIZAÇÃO**

Nº	NOME	LOCALIZAÇÃO	MUNICÍPIO
01	Ilha Bimbarras	Norte da baía	São Francisco do Conde
02	Ilha Cajaíba	Norte da baía	São Francisco do Conde
03	Ilha das Fontes	Norte da baía	São Francisco do Conde
04	Ilha do Pati	Norte da baía	São Francisco do Conde
05	Ilha Chegado	Norte da baía	Santo Amaro
06	Ilha Guarapira	Norte da baía	Santo Amaro
07	Ilha Coroa Branca	Norte da baía	Santo Amaro
08	Ilha Grande	Norte da baía	Santo Amaro
09	Ilha Pequena	Norte da baía	Santo Amaro
10	Ilha de Madre de Deus	Centro-Norte da baía	Madre de Deus
11	Ilha Maria Guarda	Centro-Norte da baía	Madre de Deus
12	Ilha do Capeta	Centro-Norte da baía	Madre de Deus
13	Ilha das Vacas	Centro-Norte da baía	Madre de Deus
14	Ilha dos Coqueiros	Centro-Norte da baía	Salvador
15	Ilha de Stº Antônio	Centro-Norte da baía	Salvador
16	Ilha do Frade	Centro-Norte da baía	Salvador
17	Ilha do Bom Jesus	Centro-Norte da baía	Salvador
18	Ilha do Medo	Parte central da baía	Itaparica
19	Ilha de Itaparica	Centro-Sul e Sudoeste da baía	Itaparica/Vera Cruz
20	Ilha da Madeira	Canal de Itaparica	Salinas das Margaridas
21	Ilha da Ponta Grossa	Canal de Itaparica	Salinas das Margaridas
22	Ilha da Pesca	Canal de Itaparica	Salinas das Margaridas
23	Ilha de Matarandiba	Canal de Itaparica	Vera Cruz
24	Ilha da Saraíba	Canal de Itaparica	Vera Cruz
25	Ilha das Canas	Canal de Itaparica	Vera Cruz
26	Ilha do Cal	Canal de Itaparica	Vera Cruz
27	Ilha das Carapitubas	Canal de Itaparica	Vera Cruz
28	Ilha do Olho Amarelo	Canal de Itaparica	Vera Cruz
29	Ilha do Boqueirão	Canal de Itaparica	Vera Cruz
30	Ilha dos Porcos	Canal de Itaparica	Vera Cruz
31	Ilha de Fora	Canal de Itaparica	Vera Cruz
32	Ilha dos Poços	Canal de Itaparica	Jaguaripe
33	Ilha Carapeba	Canal de Itaparica	Jaguaripe
34	Ilha do São Gonçalo	Canal de Itaparica	Jaguaripe
35	Ilha do Monte Cristo	Canal do Paraguaçu	Saubara
36	Ilha do Arromba	Canal do Paraguaçu	Saubara
37	Ilha dos Coelhoos	Canal do Paraguaçu	Maragogipe
38	Ilha dos Porcos	Canal do Paraguaçu	Maragogipe
39	Ilha Memem	Baía do Iguape	Maragogipe
40	Ilha do Pecado	Baía do Iguape/Rio Guai	Maragogipe
41	Ilha do Francês	Baía do Iguape	Maragogipe
42	Ilha das Garças	Baía do Iguape	Cachoeira
43	Ilha da Maré	Leste da baía	Salvador
44	Ilha do Topete	Leste da baía	Candeias
45	Ilha do Aratu	Baía do Aratu	Simões Filhos

ANEXO AO DECRETO Nº 21.675

PREFEITURA MUN. DO SALVADOR		ALTERA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA			PAO:1
Valores em R\$ 1,00					
ÓRGÃO/UNIDADE	PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE	ALOCAÇÃO	REDUÇÃO
330002-SEDHAM	15.127.007.1246	3.3.20.35	024	20.000	
	15.127.007.1246	3.3.90.39	024		20.000
SUB-TOTAL				20.000	20.000
TOTAL GERAL				20.000	20.000

Decreto nº 21.676 de 12 de abril de 2011

Estabelece nova Regulamentação para a Zona de Proteção Ambiental - ZPAM da Ilha dos Frades, institucionalizada pelo Decreto 20.179, de 29 de outubro de 2009, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, CAPITAL DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e,

CONSIDERANDO a necessidade de uma maior interação entre as entidades gestoras do meio ambiente de Salvador, em especial da Baía de Todos os Santos;

CONSIDERANDO que a Ilha dos Frades integra a APA da Baía de Todos os Santos e, numa maior integração, com a entidade gestora da unidade de conservação, tomou-se necessário proceder ajustes na regulamentação da ZPAM da Ilha dos Frades estabelecida pelo Decreto 20.179/2009;

CONSIDERANDO a manifestação favorável a esta nova regulamentação pelo Conselho Gestor da APA da Baía de Todos os Santos;

D E C R E T A :

Art.1º Fica regulamentada a Zona de Proteção Ambiental - ZPAM da Ilha dos Frades, com o objetivo do uso sustentável dos seus recursos naturais, da conservação dos sítios de significante valor ambiental, da implantação de empreendimentos de baixa densidade e de atividades de recreação e lazer da população.

Parágrafo único. A regulamentação de que trata o caput deste artigo será efetivada mediante a instituição de um zoneamento conforme representado no mapa 01 e pelo Plano de Manejo integrante deste Decreto

Art. 2º O zoneamento que regulamenta a Zona de Proteção Ambiental da Ilha dos Frades compreende as seguintes categorias e subcategorias:

1 - Área de Conservação, que tem por objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, composta pelas seguintes subcategorias, para os efeitos deste Decreto:

- a. Zona de Proteção Visual (ZPV);
- b. Zona de Proteção Integral (ZPI).

II - Área de Valor Urbano-Ambiental, que tem por objetivo preservar os espaços dotados de atributos materiais e/ou simbólicos relevantes do ponto de vista ambiental e/ou cultural, significativos para o equilíbrio e o conforto ambiental, para a conservação da memória local, das manifestações culturais e também para a sociabilidade no ambiente urbano, composta pela seguinte subcategoria:

- a. Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP).

III - Área de Uso Controlado, destinada ao uso sustentável, com restrições que visem à redução dos impactos ambientais aos níveis suportados, composta pelas seguintes subcategorias:

- a. Zona de Ocupação Controlada (ZOC);
- b. Zona de Ocupação Rarefeita (ZOR).

IV - Área de Uso Urbano, destinada a absorver as localidades já existentes e os equipamentos de infraestrutura e manutenção, composta pelas seguintes subcategorias:

- a. Zona de Especial Interesse Social (ZEIS);
- b. Zona de Uso Especial (ZUE).

Art. 3º A Zona de Proteção Visual (ZPV) corresponde aos ecossistemas já modificados por ação do homem, com possibilidade de regeneração, destacando-se por sua inserção na paisagem e destinada ao turismo contemplativo.

Art. 4º A Zona de Proteção Integral (ZPI) se destaca pela inserção na paisagem com áreas de floresta e manguezal em diferentes estágios de regeneração.

Parágrafo único. A Zona de Proteção Integral (ZPI) corresponde à Unidade de Conservação Integral (UCI) de que trata o Inciso III do Artigo 220 da Lei 7.400/2008.

Art. 5º As Áreas de Proteção Cultural e Paisagística (APCP) são aquelas destinadas à conservação de elementos significativos do ponto de vista cultural, associados à memória, pluralidade e diversidade de manifestações e formas de expressão das identidades da sociedade local.

Parágrafo único. Lei específica deverá estabelecer os critérios a as restrições de uso e de ocupação do solo de acordo com os objetivos definidos para as APCP nos seus planos de regulamentação.

Art. 6º A Zona de Ocupação Controlada (ZOC) é destinada às áreas agrícolas cuja exploração foi abandonada ou ainda áreas de florestas em estágios iniciais de regeneração.

Art. 7º A Zona de Ocupação Rarefeita (ZOR) é composta por áreas com ecossistemas em estágios variados de regeneração e parcialmente antropizados.

Art. 8º A Zona de Especial Interesse Social (ZEIS) compreende áreas ocupadas pelas comunidades locais e são destinadas a programas de regularização fundiária e Habitações de Interesse Social - HIS.

Art. 9º A Zona de Uso Especial (ZUE) são as áreas antropizadas destinadas a equipamentos de serviços de infraestrutura e manutenção.

Art. 10. As restrições de usos e os parâmetros de ocupação são os definidos na Tabela Descrição das Zonas integrantes do presente Decreto de regulamentação.

Art. 11. Integra o presente Decreto o Plano de Manejo da Ilha dos Frades, que identifica as potencialidades, estabelece diretrizes e propõe as ações a serem implementadas para seu manejo sustentável.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições do Decreto 20.179/2009.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DO SALVADOR, em 12 de abril de 2011.

JOÃO HENRIQUE
Prefeito

JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO
Chefe da Casa Civil

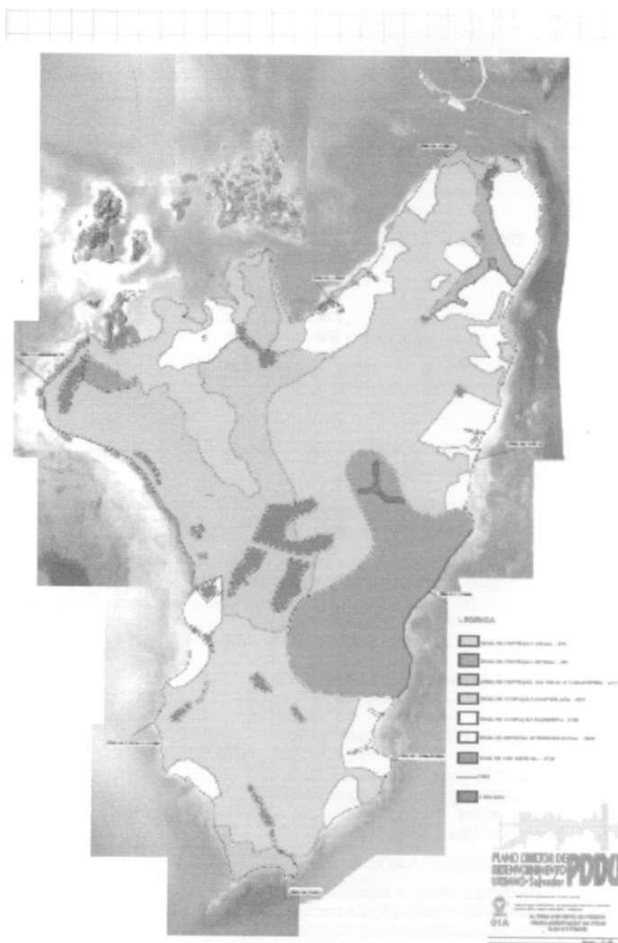
PAULO SÉRGIO DAMASCENO SILVA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano,
Habitação e Meio Ambiente

DESCRIÇÃO DAS ZONAS A SEREM APLICADAS NA ILHA DO FRADE

PLANO URBANÍSTICO DA ILHA DO FRADE		
ZONAS	Usos & Parâmetros	
ÁREA DE CONSERVAÇÃO		
ZPV	Zona de Proteção Visual	<p>Ecossistemas já modificados por ação do homem mas que apresentam possibilidade de regeneração, destacam-se pela singular inserção na paisagem, sítios locais já utilizados para o turismo contemplativo</p> <p>USOS INDICADOS:</p> <p>Projetos agro-florestais com base em Plano de Manejo, apicultura, piscicultura, pesca controlada, pesquisa científica e turismo ecológico / trilhas & infraestrutura de apoio a equipamentos turísticos localizados em outras zonas. Proibido o parcelamento do solo.</p> <p>Preservação dos remanescentes de mata, mirantes e trilhas</p> <p>Só será permitida a implantação de vias de acesso local, pavimentadas com blocos intertravados ou paralelos, de rua de 5,0m, com controle de acesso do número de veículos e destinadas à circulação de carros elétricos de pequeno porte, como carrinhos de golfe, quadradões e motocicletas movidos com motores de quatro tempos.</p>

ÁREA DE CONSERVAÇÃO		
ZPI	Zona de Proteção Integral - Estação Ecológica	<p>Ecosistema que se destaca pela singular inserção na paisagem com áreas de floresta e manguezal em diferentes estágios de regeneração</p> <p>USOS INDICADOS:</p> <p>Preservação dos remanescentes de mata e manguezal, mtrantes e trilhas destinadas a estudos ambientais e visitação programada de acordo com a capacidade de suporte a ser dimensionada no plano de manejo.</p> <p>Só será permitida a implantação de vias de acesso local, pavimentadas com blocos intertravados ou paralelos, de rua de 3,50m, com controle de acesso do número de veículos e destinadas à circulação de carros elétricos de pequeno porte, como carrinhos de golfe, ou quadriciclos e motocicletas com motores a 4T.</p>
APCP	Área de Proteção Cultural e Paisagística	<p>Áreas destinadas à conservação de elementos significativos do ponto de vista cultural, associados à memória, pluralidade e diversidade de manifestações e formas de expressão das identidades da sociedade local, e para a imagem ambiental urbana;.</p> <p>Serão regulamentadas por Lei Específica nos termos da Lei 7.400/08</p>
ÁREA DE USO CONTROLADO		
z o e	Zona de Ocupação Controlada	<p>Áreas agrícolas abandonadas</p> <p>Áreas de florestas em estágio inicial de regeneração e áreas antropizadas</p> <p>USOS INDICADOS:</p> <p>Residencial Uni & plurifamiliar, misto Campo de Golfe Hotelaria Aeródromo</p> <p>PARÂMETROS:</p> <p>Lote mínimo = 3.000 m² Io=0,40 Ip= 0,40 Gabarito 2 pavimentos ou 7,5m</p>
ÁREA DE USO CONTROLADO		
ZOR	Zona de Ocupação Rarefeita	<p>Áreas c/ ecossistemas florestais em estágios variados de regeneração e parcialmente antropizados</p> <p>USOS INDICADOS:</p> <p>Parcelamentos residenciais em sistemas condominiais unresidenciais, apoio a turismo e lazer</p> <p>PARÂMETROS:</p> <p>Lote mínimo^ 3.000 m² Io « 0,40 Ip = 0,50 Gabarito 2 pavimentos ou 7,5m .</p>
ÁREA DE USO URBANO		
ZEIS	Zonas de Especial Interesse Social	<p>Destinadas à implementação de programas de regularização urbanística, fundiária e produção, manutenção ou qualificação de Habitação de Interesse Social - HIS.</p>
ZEIS	Zonas de Especial Interesse Social	<p>USOS INDICADOS:</p> <p>Uso residencial uni & plurifamiliar, comércio & serviços, uso misto</p> <p>Lote mínimo= 125 m²</p> <p>Residencial. Com & Serviços Ip=0,20</p> <p>Arborização urbana</p> <p>Gabarito 2 pavimentos ou 7,5m</p> <p>RECOMENDAÇÕES:</p> <p>Proibida eliminação das formações florestais & ocupação das áreas de preservação permanente</p>
ZUE	Zona de Uso Especial	<p>Áreas antropizadas destinadas a equipamentos de serviços de infraestrutura e manutenção</p> <p>USOS INDICADOS:</p> <p>Estação de Tratamento de Lixo</p>

Estação de Tratamento de Água
Unidades de Processamento de Frutas
Unidades de Produção de Artesanato Local
Estação de captação de água



PLANO DE MANEJO DA ILHA DO FRADE

RELATÓRIO FINAL

PLANO DE MANEJO DA ILHA DO FRADE

O Plano de Manejo da Ilha do Frade foi elaborado a partir de análises dos levantamentos elaborados no Diagnóstico da APA da Baía de Todos os Santos buscando atingir os seguintes resultados:

- Os diagnósticos e as avaliações da situação atual;
- O zoneamento a ser institucionalizado regulamentando a Zona de Proteção Ambiental - ZPAM;
- Os programas de manejo.

Os resultados dos levantamentos de dados e pesquisas foram utilizados para subsidiar o detalhamento do zoneamento e estabelecer as diretrizes que norteiam o plano de manejo.

Visando embasar as sugestões para o zoneamento e manejo das áreas amostradas durante a avaliação ecológica foram categorizadas de acordo com sua importância para a conservação da biodiversidade, considerando-se três categorias com os respectivos critérios:

Critério	Descrição
Importância biológica extrema	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas com os maiores valores de riqueza de espécies, de espécies endêmicas, ameaçadas ou raras • Existência de espécies, fenômenos naturais, habitats ou tipos vegetacionais

	<p>únicos ou de pequena representatividade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maior grau de conservação da vegetação quando comparada a outras áreas • Área com vocação para proteção integral de ecossistemas de grande relevância ecológica e manutenção da evolução natural dos processos ecológicos
Importância biológica alta	<ul style="list-style-type: none"> • Grande riqueza de espécies • Altos a médios valores de espécies ameaçadas, raras ou endêmicas • Elevado estágio de conservação da vegetação » Tipos vegetacionais de elevada importância para a conservação • Se encontradas, espécies exóticas pouco abundantes. • Vocação para a conservação e pesquisa ou atividades educativas de impacto mínimo
Importância biológica média	<ul style="list-style-type: none"> • Áreas com os valores médios de riqueza de espécies • Se encontradas, poucas espécies endêmicas, ameaçadas ou raras, cujas populações possam tolerar certas intervenções, como o uso público extensivo ou intensivo • Vegetação, em estágio secundário • Possível zona de uso intensivo ou extensivo

Situação e localização

Situada na porção centro norte da Baía de Todos os Santos, a sudoeste da Ilha Madre de Deus. Possui área de 15.024.820 m² Coordenadas UTM: 537.000 e 541.625; 8.583.175 e 8.589.700.

Com 15,024 km quadrados, a Ilha do Frade é uma das principais ilhas da Baía de Todos os Santos. Hoje constitui local de rara beleza no litoral de Salvador.

Meio físico

Geologia: Arenitos com matriz argilosa, pertencentes ao Grupo ilhas - camadas Caruaçu, que praticamente recobrem todas as porções sul, central e norte da Ilha; Sedimentos Quaternários indiferenciados de mangue, Hologias estas que ocupam a parte noroeste da Ilha; Areias Quaternárias quartzosas de praia; destaca-se ao longo da costa leste, sul e sudoeste extensa faixa de ocorrência de corais.

Relevo: Acidentado com morros de cristas agudas alternando com vales profundos em forma de "V", escavados preferencialmente em alinhamentos de fraturas, ocorrendo desta forma em toda a área recoberta pelos sedimentos cretáceos do Grupo Ilhas. A noroeste, relevo suave. Nas faixas ocupadas pelos extensos manguezais e apicuns associados, a erosão marinha se faz presente na dinâmica geomorfológica da ilha, pela presença de falésias naturais no seu flanco sudeste.

Recursos hídricos: Os cursos d'água, originados de nascentes situadas nas regiões elevadas, fluam em direção à costa com suas águas apresentando-se visualmente límpidas. Destaca-se como principal recurso o curso D'Água Cabuçu, cuja presença favorece a implantação de expressivo manguezal próximo a sua desembocadura.

A inexistência de ocupação nas áreas elevadas da ilha, assim como ao longo dos cursos d'água, possibilita que as águas desta ilha fluam naturalmente até o mar. A exceção pode ser observada em dois pequenos cursos d'água que atravessam os povoados de Paramanas e Costa, onde recebem efluentes sanitários ali originados, tornando suas águas bastante poluídas.

Aptidão do solo: Predominam os solos da classe *Argissolos (Podzólicos)* e, de acordo com as variações nas características físico-químicas, aliadas ao relevo bastante acidentado, prevalecem o enquadramento de tais solos nos Grupos 4 ou 5, em áreas de topografia ondulada a forte ondulada, conforme a progressiva ascendência de declividade do terreno. Os outros *Argissolos*, localizados em topografia mais suave, nos vales estreitos, serão enquadrados nos Grupos 2, 3 ou 4, de acordo com as características já referenciadas anteriormente. É interessante citar a ocorrência localizada e pouco frequente de *Cambissolos, Latossolos e Vertissolos*, que foram enquadrados, conforme variação das características físico-químicas e do relevo, nos Grupos 3 ou 4, 2 ou 3 e 3 ou 4, respectivamente.

A outra classe que predomina, significativamente, numa parte do entorno da ilha, são os *Solos de Mangue*, que foram enquadrados no Grupo 6, para preservação natural de sua cobertura vegetal.

Meio biótico

A Ilha do Frade, coberta em grande parte de sua área por Floresta Ombrófila Densa em estágio avançado de regeneração, apresenta também uma estreita faixa de manguezal com vegetação típica e sua fauna associada.

Meio antrópico

A ilha era chamada originalmente pelos indígenas de "Paramana", que significa "chuva do mar". O nome Ilha do Frade foi dado em decorrência do naufrágio de Franciscanos atirados às praias e devorados pelos Índios Tupinambás.

Embora seja uma ilha de forte apelo turístico pela beleza de suas praias e preservação do meio biótico, necessita de infra-estrutura que permita uma melhor qualidade de vida para a população local e visitantes que aí aportam durante todo o ano. A ausência de saneamento básico gera, em consequência, o lançamento de efluentes sanitários a céu aberto e a disposição inadequada de resíduos sólidos, atingindo as águas da baía, que será sanada com a implantação da rede de esgoto que está em andamento.



Paramana

A assistência médica é feita através de um posto que funciona apenas um dia por semana.

A estrutura escolar é precária, atendendo somente a parte da população, até o primeiro grau, e não há representação da segurança pública.

A malha viária é precária não existe tráfego de veículos. Os acessos aos principais povoados é realizado pelas pratas e/ou trilhas.

Existem terminais de desembarque nos povoados de Ponta de N. Sra. de Guadalupe e Paramana. Nas marés baixas, o calado dos portos limita a atracação de embarcações de maior porte, como escunas. Não existe um sistema regular de transporte de passageiros para a ilha.

O comércio de apoio a visitantes e veranistas vem transformando a economia local, tomando-se uma das principais atividades econômicas da população local, aliado à pesca e à captura de mariscos. Na região que abrange esta Ilha é comum a pesca predatória com uso de explosivo. A riqueza das manchas de corais que circundam partes da ilha vem sendo paulatinamente dilapidada, com o produto sendo ostensivamente comercializado nos povoados locais.

A agricultura praticamente inexistente, e é resumida ao cultivo de frutíferas em pequenos pomares e fundos de quintais.

Destacam-se como monumentos na Ilha do Frade a Igreja de Nossa Senhora do Loreto, do século XVIII e as ruínas da Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe, anterior ainda, do século XVII.



Igreja de Nossa Senhora de Loreto

Pelo fato de possuir um relevo acidentado em quase toda a sua extensão, existe uma tendência natural dos vetores de ocupação da ilha se direcionarem para as encostas íngremes que margeiam sua costa. Este tipo de ocupação poderá por em risco o equilíbrio dos processos erosivos naturais ali presentes, causando a degradação da vegetação existente e dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

Conflitos Ambientais

Construção de moradias em área de preservação (Mata Atlântica e/ou de declividade alta).

Poluição de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, das praias e águas da baía, pelo lançamento de efluentes domésticos.

Exposição de resíduos sólidos a céu aberto, em locais indevidos, a exemplo de leitos de drenagens, manguezais, margens de vias públicas, etc.

Desrespeito ao período de defeso do caranguejo e da lagosta.

A pesca predatória no entorno da Ilha do Frade, como em toda a baía, é muito praticada, inclusive com a utilização de bombas.

A retirada de corais, equinodermos e moluscos para comercialização como artesanato é uma prática frequente.

Ação de desmatamentos em áreas de preservação, para construção de moradias

Estratégias e Programas de Manejo

O principal extrato dos programas de manejo são os temas de concentração estratégica e suas linhas de ação. Eles representam as prioridades de ação e manejo dentro de cada tema e, quando implementados, deverão produzir resultados significativos que contribuirão para que a ZPAM da Ilha Ilha do Frade alcance seus objetivos e visão de proteção.

Programas e Sub-programas de Manejo	Temas de Concentração Estratégica
Patrimônio Natural	<ul style="list-style-type: none"> Erradicação de exóticas Monitoramento e manejo da fauna Recuperação ambiental Proteção integral de áreas de interesse ambiental adjacentes Mecanismos de contribuição pelo uso da água Conservação dos mananciais
Patrimônio Cultural	<ul style="list-style-type: none"> Gestão interinstitucional do patrimônio cultural Área estratégica "Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe" Área estratégica "Igreja de Nossa Senhora do Loreto"
Interação Socioambiental	<ul style="list-style-type: none"> Minimização de danos ambientais causados pela ocupação Implementação das ZEIS Contenção e remoção das áreas de expansão urbana Regularização fundiária
Proteção	<ul style="list-style-type: none"> Aperfeiçoamento da legislação Fiscalização Integrada (SUCOM - SMA) Capacitação de agentes internos e externos Monitoramento contínuo dos vetores de pressão
Turismo Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> Atração de empreendimentos voltados ao turismo ecológico Relacionamento com parceiros institucionais Infra-estrutura de apoio à visitação Qualidade da monitoria ambiental Relação com a comunidade local
Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Inserção da educação ambiental junto às comunidades Parcerias com atores especializados em educação ambiental Articulação e sensibilização de grupos estratégicos Disponibilidade de materiais educativos e infra-estrutura física Disponibilidade, formação e capacitação de recursos humanos Repertório de atividades e metodologias Monitoramento dos impactos da educação ambiental
Comunicação e Marketing	<ul style="list-style-type: none"> Construção da identidade visual Uso estratégico da sinalização Comunicação para formadores de opinião e grupos de influência Comunicação para comunidades locais Aplicação das ferramentas de comunicação Parcerias estratégicas para comunicação

Potencialidades Restrições e Diretrizes

Com o objetivo de identificar e proporcionar embasamento técnico ao plano de manejo foi elaborado o quadro anexo que ordena segundo cada componente as potencialidades e diretrizes para os sistemas

- « Institucionais
- Aspectos Físico-ambientais
- Aspectos Sócio-econômicos
- Organização espacial e urbanização

Propostas para o Manejo

As Áreas de Manejo são aquelas que foram consideradas as mais críticas nos limites da Ilha do Frade, em termos de implantação e demandas de ação imediata. São áreas estratégicas que necessitam de ações integradas e que podem envolver mais de um programa, abrangendo mais de uma zona.

Para detalhar ações e procedimentos específicos em cada Área de Manejo poderão ser criados grupos de apoio à sua gestão, compostos por representantes de instituições públicas ou privadas, interessadas e diretamente envolvidas com problemas ou programas de manejo naqueles locais. As Áreas de Manejo estão descritas abaixo:

Área de Manejo	Ações
1 Comunidades locais de Paramana Costa e Ponta de Nossa Senhora	<ul style="list-style-type: none"> Requalificação urbana Implantação de sistemas urbanos para minimização de potenciais danos ambientais Implementação de plano para as ZEIS Regularização fundiária Proibição de lançamento de esgoto doméstico fora de unidade de tratamento Cobertura das edificações com telhas de barro Proibição de queimadores de lixo nas residências Monitoramento de fogueiras nos festejos juninos antecedidos de autização especial Reboco e pintura regular das edificações mediante estudo cromático
2 Unidade de conservação	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento e diagnóstico conforme decreto Implantação de unidades de estudo permanente Definição da capacidade de suporte para controle de visitação
3 Monumentos Culturais	<ul style="list-style-type: none"> Restauração e manutenção da Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe Manutenção da Igreja de Nossa Senhora de Loreto

4 Entorno da Ilha, em um raio de 500 metros	<ul style="list-style-type: none"> Proibição de pesca com bomba Proibição de captura, manutenção em cativeiro, transporte, beneficiamento, comercialização de indivíduos da espécie <i>Ucides cordatus</i>, caranguejo-uçá, durante a época da andada, de acordo com portaria do IBAMA para o defeso da espécie Proibição para a pesca de camarão sete-barbas, camarão rosa, lagosta vermelha, lagosta cabo verde e camarão branco no período defeso, de acordo com portaria do IBAMA Proibição para pesca de peixes desrespeitando tamanho mínimo segundo cada espécie estabelecido pelo IBAMA Proibição para coleta de organismos marinhos, em especial corais e peixes ornamentais, para fins de ornamentação e aquarofilia Disciplina de turismo náutico com Jet-ski e embarcações Capacitação de agentes internos e externos Monitoramento contínuo dos vetores de pressão Fiscalização para os diâmetros das redes de pesca Criação de reserva extrativista Fiscalização dos níveis de pressão sonora nos barcos atracados
5 Praias	<ul style="list-style-type: none"> Proibição de fogueiras de quaisquer espécies fora das localidades Proibição de queimadores de lixo Limitação para número de barracas de praia 11 em Ponta de Nossa Senhora 01 em Costa 06 em Paramana Proibição de camping
6 Enseadas de Ponta de Nossa Senhora, Tapera, Loreto e Viração	<ul style="list-style-type: none"> Cercamento para evitar aproximação de embarcações da faixa de praia
7 Região Central	<ul style="list-style-type: none"> Proibição total de caça ou manter animal selvagem cativeiro Permissão para piscicultura nas lagoas de água doce Permissão de ocupação no entorno de represas artificiais, destinadas ao uso contemplativo Cobertura das edificações exclusivamente com placava ou taubilha de madeira

**PLANO DE MANEJO DA ILHA DO FRADE
POTENCIALIDADES & RESTRIÇÕES & DIRETRIZES**

COMPONENTE	Aspectos físico-ambientais		
	SITUAÇÃO ATUAL	EFEITOS POTENCIAIS	MÉ ISSI-DI-ES/DIRETRIZES
Legislação disponível	Plano Diretor, Lei de Ordenamento do Solo urbano enquadram a Ilha como Zona de Proteção Ambiental - ZPAM que necessita de legislação	Diretrizes subjetivas para o crescimento urbano ordenado; ausência de critérios para aprovação de empreendimentos; falta de embasamento legal para o exercício do poder de polícia administrativa	Elaborar, instituir e implementar a legislação básica, especialmente a Ipeu/Liur/Liv. - da ZPAM prevista no Plano Diretor
Estrutura administrativa	Serviços centralizados a partir da sede municipal	Elevação crescente de custos; ineficiência/ineficácia na oferta e operação dos serviços públicos	Promover a elaboração de: Estudo de Avaliação de Desempenho na oferta e qualidade dos serviços (feriados. Estudo Comparativo de Custos considerando sua operação centralizada e terceirizada com relação aos níveis de eficiência e eficácia dos serviços
Recursos de gestão	inexistência de mapeamento digital	Dificuldades na apreensão da dinâmica espacial que se repercutem em dificuldades de planejamento e gestão do espaço assim como a implementação de políticas ambientais e habitacionais	Elaborar mapa digital a partir dos ortofotos; promover o georeferenciamento da planta base; delimitar áreas integrantes do SAVAM
Democratização da gestão	Existência de conselhos	Facilita a democratização da gestão	Tomar efetivo o funcionamento d.IL Conselhos, promovendo condições para a regularidade de reuniões e de canais para incorporar suas recomendações as políticas públicas.
Organização social	Existência de associações de moradores e outras entidades da sociedade civil	Condições favoráveis para promover a democratização da gestão	Definir uma estratégia de comunicação permanente com a comunidade através de suas organizações sociais visando a crescente participação nos processos de decisão, promover a integração de políticas e ações com a crescente participação comunitária, (outdoor mecanismos de participação

POTENCIALIDADES & RESTRIÇÕES & DIRETRIZES

COMPONENTE	Aspectos físico-ambientais		
	SITUAÇÃO ATUAL	EFEITOS POTENCIAIS	NECESSIDADES/DIRETRIZES
Fisiografia-Meio Ambiente	Dificuldades de acesso à sede	Dificuldades em beneficiar-se de economias de aglomeração, dificuldades na intensificação do turismo e aumento da arrecadação	Promover a valorização urbana ambiental, especialmente da faixa costeira; estruturar e requalificar serviços básicos de educação e saúde, promover melhoria de acesso
	Condições climáticas, hidrológicas e ecológicas favoráveis a nichos do mercado turístico nacional e internacional	Exploração sustentável do turismo ecológico/náutico	Elaboração de Plano de Manejo e regulamentação da ZPAM.
	Comprometimento dos manguezais e dos diferentes estágios de regeneração das áreas de mata	Degradação ambiental com extinção da fauna e esgotamento da atividade extrativa, redução das opções de renda da população	Elaboração e implementação do Plano de Manejo para a exploração sustentável e a recomposição de manguezais.

